

**Universidade Politécnica Bragança**  
Escola Superior Agrária

# **Empoderamento das Mulheres Agricultoras no Nordeste do Brasil, na Macrorregião da Ibiapaba no Estado do Ceará**

**AURINETE SANTOS DE OLIVEIRA**

*Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança  
para obtenção do Grau de Mestre em Agroecologia*

Orientado por  
**Professora Doutora Alda Maria Vieira Matos**

**Bragança  
2026**

*Este trabalho dedico à minha mãe, Rosa dos Santos, minha maior incentivadora em todos os momentos. Mulher de força inabalável, exemplo de coragem, generosidade e perseverança. Sua sabedoria e amor sustentaram cada passo desta jornada.*

# ÍNDICE

|                                                                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                                                    | <b>1</b>  |
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                    | <b>1</b>  |
| 1.1. Enquadramento, Formulação do Problema e Importância do Estudo.....                                       | 1         |
| 1.2. Objetivo Geral, Objetivos Específicos e Metodologia da Investigação .....                                | 3         |
| 1.2.1. Estrutura da investigação .....                                                                        | 4         |
| <b>2. ESTADO DA ARTE .....</b>                                                                                | <b>5</b>  |
| 2.1. Agroecologia.....                                                                                        | 5         |
| 2.2. Agricultura Familiar.....                                                                                | 6         |
| 2.3. Agricultura Sustentável.....                                                                             | 7         |
| 2.4. Empoderamento Feminino .....                                                                             | 8         |
| 2.4.1. O Papel das Mulheres na Agricultura no Mundo.....                                                      | 9         |
| 2.4.2. O Papel das Mulheres na Agricultura no Brasil.....                                                     | 12        |
| <b>3. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DE ANÁLISE .....</b>                                             | <b>18</b> |
| 3.1. Caracterização da Região Nordeste, Ceará, Brasil .....                                                   | 18        |
| 3.1.1. Aspectos Econômicos e Sociais.....                                                                     | 20        |
| 3.1.2. Agricultura e Pecuária.....                                                                            | 21        |
| 3.2. Caracterização da Macrorregião da Ibiapaba - Ceará .....                                                 | 22        |
| 3.2.1. Aspectos Geográficos e Climáticos .....                                                                | 23        |
| 3.2.2. Economia e Agricultura .....                                                                           | 24        |
| 3.2.3. Aspectos Sociais e Culturais.....                                                                      | 25        |
| 3.2.4. Desafios e Oportunidades da Macrorregião da Ibiapaba .....                                             | 25        |
| 3.3. Caracterização das Unidades Produtivas das Comunidades do Campo de Pouso e Santa Elias Santo Amaro ..... | 26        |
| 3.3.1. Campo de Pouso - São Benedito.....                                                                     | 26        |
| 3.3.2. Santa Elias Santo Amaro - Ubajara .....                                                                | 27        |
| 3.3.3. Desafios e Potenciais de Desenvolvimento de Campo de Pouso e Santa Elias Santo Amaro .....             | 27        |
| <b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....</b>                                                                        | <b>29</b> |
| <b>4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>                                                                   | <b>29</b> |
| 4.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....                                                              | 29        |
| 4.2. Recolha de Informação Primária e Secundária .....                                                        | 30        |
| 4.2.1. Metodologia Quantitativa e Qualitativa.....                                                            | 30        |
| 4.3. Técnicas de Análise dos Dados.....                                                                       | 34        |
| 4.4. Considerações Éticas e Limitações do Estudo.....                                                         | 36        |

|                                                                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>5. ANÁLISE DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PROFISSIONAIS DAS MULHERES AGRICULTORAS.....</b>                                                                                | <b>38</b> |
| 5.1. Perfil das Mulheres Agricultoras .....                                                                                                                                 | 38        |
| 5.1.1. Faixa Etária das Participantes .....                                                                                                                                 | 38        |
| 5.1.2. Nível de Escolaridade .....                                                                                                                                          | 39        |
| 5.1.3. Tempo de Atuação das Mulheres na Agricultura .....                                                                                                                   | 40        |
| 5.1.4. Tamanho da Unidade Produtiva Familiar .....                                                                                                                          | 41        |
| 5.1.5. Práticas Agroecológicas e Sustentabilidade.....                                                                                                                      | 42        |
| 5.1.6. Comercialização dos Produtos Agrícolas e Principais Desafios Apontados .....                                                                                         | 45        |
| 5.1.7. Nível de Envolvimento das Mulheres em Organizações .....                                                                                                             | 47        |
| 5.1.8. O Papel dos Programas e Políticas Públicas para as Agricultoras e Gerações Futuras .....                                                                             | 53        |
| <b>6. APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO POUSO E SANTA ELIAS/SANTO AMARO .....</b>                                        | <b>54</b> |
| 6.1. Aplicação das Técnicas de Diagnóstico Rural Participativo .....                                                                                                        | 54        |
| 6.1.1. Campo do Pouso .....                                                                                                                                                 | 55        |
| 6.1.2. Santo Elias/Santo Amaro .....                                                                                                                                        | 61        |
| 6.2. Similaridades entre os Grupos .....                                                                                                                                    | 67        |
| <b>7. CONCLUSÕES .....</b>                                                                                                                                                  | <b>68</b> |
| 7.1. Os Objetivos da Dissertação .....                                                                                                                                      | 68        |
| 7.1.1. Sobre a Macrorregião da Ibiapaba .....                                                                                                                               | 68        |
| 7.1.2. Sobre o Perfil das Agricultoras .....                                                                                                                                | 69        |
| 7.1.3. Sobre as Práticas/Experiências Agroecológicas Realizadas pelas Agricultoras....                                                                                      | 69        |
| 7.1.4. Sobre a Participação das Agricultoras em Organizações e Cooperativas.....                                                                                            | 70        |
| 7.2. Atividade Agroecológica na Macrorregião do Ibiapaba e Recomendações .....                                                                                              | 71        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                                                                      | <b>74</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                                                                                          | <b>80</b> |
| Anexo 1: Inquérito sobre o Empoderamento das Mulheres Agricultoras.....                                                                                                     | 81        |
| Anexo 2: Guião de Entrevista à presidenta da Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia e Presidenta da Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro ..... | 84        |
| Anexo 3: Fotos Alusivas ao Trabalho das Mulheres Agricultoras dos Dois Grupos Pesquisados .....                                                                             | 87        |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1. Gráfico metodológico para uma agricultura familiar.....                       | 8  |
| Figura 2. Mapa de Classificação dos estabelecimentos quanto a agricultura familiar..... | 14 |
| Figura 3. Dados quanto a percentagem de mulheres e homens na agricultura familiar.....  | 14 |

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 4. Dados quanto a percentagem de cooperativas agropecuárias. ....                 | 16 |
| Figura 5. Mapa do Brasil com a divisão geográfica por região. ....                       | 20 |
| Figura 6. Mapas do Ceará e Região de Planejamento Territorial da Serra da Ibiapaba. .... | 22 |
| Figura 7. Faixa Etária das Participantes. ....                                           | 39 |
| Figura 8. Nível de Escolaridade. ....                                                    | 39 |
| Figura 9. Tempo da Mulher na Agricultura. ....                                           | 40 |
| Figura 10. Tamanho da Unidade Produtiva Familiar (UPF). ....                             | 41 |
| Figura 11. Utilização de Práticas Agroecológicas. ....                                   | 42 |
| Figura 12. Tipos de Práticas Agroecológicas Utilizadas. ....                             | 43 |
| Figura 13. Tipos de Atividades Agrícolas. ....                                           | 44 |
| Figura 14. Produção Agrícola para o Sustento Familiar. ....                              | 45 |
| Figura 15. Comercialização dos Produtos Agrícolas. ....                                  | 45 |
| Figura 16. Principais Canais de Comercialização. ....                                    | 46 |
| Figura 17. Principais Desafios Percebidos pelas Agricultoras da Região. ....             | 47 |
| Figura 18. Avaliação das Participantes. ....                                             | 48 |
| Figura 19. Participação em Atividades Sociais Comunitárias. ....                         | 49 |
| Figura 20. Experiência e Participação em Grupos de Mulheres nas Comunidades. ....        | 50 |
| Figura 21. Tempo de atuação em associação. ....                                          | 51 |
| Figura 22. Acesso a Programas Governamentais para Agricultoras. ....                     | 52 |
| Figura 23. Construção coletiva do mapa físico do G1. ....                                | 55 |
| Figura 24. Mapa Físico do G1. ....                                                       | 56 |
| Figura 25. Esboço do Mapa Físico do G1. ....                                             | 57 |
| Figura 26. Esboço e mapa de fluxos econômicos do G1. ....                                | 59 |
| Figura 27. Mapa Físico do G2. ....                                                       | 61 |
| Figura 28. Esboço do Mapa Físico do G2. ....                                             | 62 |
| Figura 29. Mapa Matriz das Espécies do G2. ....                                          | 65 |
| Figura 30. Esboço e mapa de fluxos econômicos do G2. ....                                | 66 |
| Figura 31. Unidade de Processamento de Polpas do G1. ....                                | 87 |
| Figura 32. Grupo de Mulheres do G1. ....                                                 | 87 |
| Figura 33. Aplicação das Técnicas do DRP do G1. ....                                     | 87 |
| Figura 34. Produção Polpas de Frutas do G1. ....                                         | 87 |
| Figura 35. Polpas de Frutas do G1. ....                                                  | 87 |
| Figura 36. Presidenta da Associação ACFSL do G1. ....                                    | 87 |
| Figura 37. Unidade de Processamento de Polpas do G2. ....                                | 88 |
| Figura 38. Produção Polpas de Frutas do G2. ....                                         | 88 |
| Figura 39. Aplicação das Técnicas do DRP do G2. ....                                     | 88 |
| Figura 40. Polpas de Frutas do G2. ....                                                  | 88 |
| Figura 41. Produção Polpas de Frutas do G2. ....                                         | 88 |
| Figura 42. Aplicação das Técnicas do DRP do G2. ....                                     | 88 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1. Sintetização esquemática das regiões e das comunidades do estudo (Estado do Ceará)..... | 18 |
| Tabela 2. Sintetização das fontes de informação primária .....                                    | 34 |
| Tabela 3. Sintetização dos Objetivos, Metodologia e Técnicas de Investigação. ....                | 36 |
| Tabela 4. Matriz das Espécies – G1.....                                                           | 58 |
| Tabela 5. Técnica Matriz das espécies- G2. ....                                                   | 64 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACSSESA – Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro  
ACFSL – Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APOI – Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba  
ASG – Ambiental, Social e Governança  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
CEPEMA – Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente  
CEASA/CE – Central de Abastecimento do Ceará  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COVID-19 – Coronavirus Disease 2019  
CP – Campo do Pouso  
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DRP – Diagnóstico Rural Participativo  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization)  
G1 – Grupo 1 – Comunidade Campo do Pouso, São Benedito (CE)  
G2 – Grupo 2 – Comunidade Santa Elias/Santo Amaro, Ubajara (CE)  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPA – Plano Plurianual  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
SESA – Santa Elias/Santo Amaro  
SPG – Sistemas Participativos de Garantia  
STTRA AFMSB – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de São Benedito  
STTRA AFMU – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Ubajara  
UPF – Unidade Produtiva Familiar

## Agradecimentos

Ao Instituto Politécnico de Bragança, por me acolher neste percurso de formação e transformação na pessoa da Professora Margarida Arrobas.

Aos amigos e amigas da Fundação Cultura Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), Organização Não Governamental com a qual caminho há duas décadas, em especial ao amigo Adalberto Alencar, meu maior apoio desde os tempos da licenciatura. Sua confiança e presença foram fundamentais nesta trajetória.

Às agricultoras que, ao longo desses anos de atuação com a CEPEMA, compartilharam comigo saberes, histórias e práticas que alimentam este trabalho. Às mulheres agricultoras do estado do Ceará, por serem fonte constante de inspiração, resistência e inovação no campo agroecológico. De modo especial, às agricultoras das comunidades Santo Amaro e Santo Elias, no município de Ubajara, e Campo do Pouso, em São Benedito – CE, pelo acolhimento, confiança e contribuição singular à construção desta pesquisa.

À minha orientadora, Professora Alda Matos, por aceitar este desafio comigo, por sua orientação cuidadosa, generosa e firme, e por todo o aprendizado compartilhado. Minha profunda gratidão.

À Rede de Agroecologia do Estado do Ceará, pela experiência coletiva e compromisso com a produção orgânica e a transformação do campo cearense – uma rede da qual me orgulho em fazer parte.

Aos amigos e amigas de Bragança, Portugal, que me apoiaram durante esta jornada. Em especial, agradeço ao Ézar Alfredo e a Dimoni Ferreira por suas contribuições e companheirismo.

Às minhas irmãs Enilda, Socorro e Lúcia, e aos meus irmãos Alexandre e Adriano, que mesmo à distância estiveram sempre presentes com apoio, carinho e força. Dedico ainda este trabalho à três mulheres que marcaram minha trajetória pessoal e profissional: às minhas avós Adélia e Nazaré, *in memoriam*, cujos valores e ensinamentos continuam a me inspirar diariamente, e à minha tia Cleide pelo constante apoio.

Aos amigos, amigas e familiares do Brasil, que caminharam comigo com afeto e palavras de encorajamento em cada etapa. De forma especial, às queridas Ana Cristina, Liliane Carvalho, Silvia Guimarães, Professora Gema, Professora Sylvia Saes e Professora Kátia Freire, Professor Lafaete Almeida minha gratidão pelo cuidado e inspiração.

A todas e todos vocês, meu mais sincero e eterno agradecimento.

## Resumo

A contribuição das mulheres agricultoras para a agricultura familiar permanece amplamente invisibilizada, sobretudo em razão das desigualdades de gênero que limitam o acesso a recursos produtivos, assistência técnica e espaços de decisão - realidade que se acentua nas regiões semiáridas do Nordeste do Brasil.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o papel das mulheres agricultoras da Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil, na promoção da soberania alimentar, da agroecologia e do desenvolvimento territorial, a partir de uma perspectiva de gênero. Os objetivos específicos foram: caracterizar a Macrorregião da Ibiapaba; observar o perfil das agricultoras; averiguar as práticas e experiências agroecológicas por elas realizadas; e, avaliar a sua participação em organizações sociais e cooperativas. A metodologia combinou abordagens qualitativas e quantitativas, com recurso a análise documental, inquéritos, entrevistas semiestruturadas, observação participante e técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), aplicadas nas comunidades de Campo do Pouso (São Benedito) e Santa Elias/Santo Amaro (Ubajara), permitindo compreender as condições de vida, as práticas produtivas e as experiências de organização e empoderamento das agricultoras.

Os resultados demonstram que as mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura familiar, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis, a conservação ambiental, a geração de rendimentos e o fortalecimento das comunidades rurais. As práticas agroecológicas, associadas à participação em associações, cooperativas e iniciativas coletivas, configuram-se como estratégias de fortalecimento social e valorização dos saberes locais, cuja consolidação depende da superação de barreiras estruturais no acesso à terra, ao crédito e a políticas públicas mais inclusivas.

Conclui-se que o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres agricultoras familiares, aliados à implementação de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, o acesso a recursos produtivos e a assistência técnica, são fundamentais para consolidar o protagonismo feminino e promover um desenvolvimento rural sustentável, justo e inclusivo.

**Palavras-chave:** Mulheres agricultoras, Agroecologia, Empoderamento feminino, Desenvolvimento rural sustentável, Nordeste do Brasil.

## **Abstract**

The contribution of women farmers to family agriculture remains largely invisible, particularly due to gender inequalities that restrict access to productive resources, technical assistance, and decision-making spaces – a reality especially pronounced in the semi-arid regions of Northeast Brazil.

This study aimed to analyze the role of women farmers in the Ibiapaba Macroregion, Ceará, Brazil, in promoting food sovereignty, agroecology, and territorial development from a gender perspective. The specific objectives were: to characterize the Ibiapaba macroregion; to profile the participating women farmers; to examine their agroecological practices and experiences; and, to assess their participation in social organizations and cooperatives. The methodology combined qualitative and quantitative approaches, including documentary analysis, surveys, semi-structured interviews, participant observation, and Participatory Rural Appraisal (PRA) techniques, applied in the communities of Campo do Pouso (São Benedito) and Santa Elias/Santo Amaro (Ubajara), allowing for an understanding of the living conditions, production practices, and organizational and empowerment experiences of the female farmers.

The findings demonstrate that women play a fundamental role in family farming, contributing to the production of healthy food, environmental conservation, income generation, and the strengthening of rural communities. Agroecological practices, combined with participation in associations, cooperatives, and collective initiatives, function as strategies for social empowerment and the valorization of local knowledge, whose consolidation depends on overcoming structural barriers in access to land, credit, and more inclusive public policies.

It is concluded that recognizing and valuing the work of women family farmers, alongside the implementation of gender-equitable public policies and improved access to productive resources and technical assistance, are essential for consolidating female protagonism and promoting sustainable, just, and inclusive rural development.

**Keywords:** Women farmers, Agroecology, Female empowerment, Sustainable rural development, Northeast Brazil.

## **PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1. INTRODUÇÃO**

A agricultura é mais do que uma simples atividade econômica; é um modo de vida intrinsecamente conectado à história, cultura e sustentabilidade de comunidades em todo o mundo (Carreira et al., 2024; Vieira & Panagopoulos, 2024). No entanto, as práticas agrícolas modernas muitas vezes se afastam dos princípios fundamentais de respeito ao meio ambiente, equidade social e segurança alimentar (Islam & Farjana, 2024; Sarkar et al., 2012; Wang et al., 2022).

Neste contexto, a agroecologia emerge como uma abordagem holística, que busca integrar conhecimentos tradicionais com técnicas inovadoras, para promover sistemas agrícolas sustentáveis (Galt et al., 2024; López-García & Carrascosa-García, 2024; Tiftonell et al., 2021; Ume et al., 2022).

#### **1.1. Enquadramento, Formulação do Problema e Importância do Estudo**

O Brasil é um país afortunado pela rica diversidade de ecossistemas, cuja agricultura desempenha um papel central na economia e na identidade cultural (Vieira & Panagopoulos, 2024). No entanto, os desafios enfrentados pelos agricultores e agricultoras, especialmente aqueles que dependem da agricultura familiar, são significativos. Mudanças climáticas, degradação do solo, acesso limitado a recursos e mercados desfavoráveis são apenas algumas das questões que ameaçam a viabilidade e a resiliência dessas comunidades (Carreira et al., 2024; Vieira & Panagopoulos, 2024).

Neste cenário, torna-se relevante direcionar o olhar para contextos regionais específicos, como o estado do Ceará, particularmente o semiárido nordestino, onde tais desafios se manifestam de forma mais intensa e exigem estratégias adaptadas à realidade local. A agroecologia, além de promover práticas sustentáveis adequadas a essas condições, tem-se revelado um caminho promissor para o fortalecimento da agricultura familiar e, especialmente, para o empoderamento das mulheres rurais (Curado et al., 2014).

Entre as diversas regiões do Ceará, a Macrorregião da Ibiapaba destaca-se pela forte presença da agricultura familiar com práticas agroecológicas, onde as mulheres assumem

funções essenciais na produção de alimentos, na organização comunitária e na dinamização das economias locais. Essa realidade regional reflete e, ao mesmo tempo, evidencia a importância do papel das mulheres no meio rural nordestino.

Nesse contexto, é crucial entender e valorizar o papel e a resiliência das mulheres na agricultura. Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na produção de alimentos, preservação da biodiversidade e transmissão de conhecimentos agrícolas. No entanto, muitas vezes enfrentam desafios adicionais, incluindo acesso desigual a recursos, discriminação de gênero e falta de reconhecimento por seu trabalho (López-García & Carrascosa-García, 2024; Ume et al., 2022).

Na Macrorregião da Ibiapaba, a participação das mulheres na agricultura familiar assume uma importância estratégica. Para além da sua contribuição para a produção e comercialização de alimentos, igualmente pelo seu envolvimento em processos organizativos, práticas agroecológicas e iniciativas voltadas para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Assim, o problema que orienta esta investigação está relacionado com a persistência das desigualdades de gênero no meio rural. Embora as mulheres desempenhem um papel essencial na agricultura familiar e na produção de alimentos, a sua contribuição permanece, frequentemente, invisibilizada. Consequentemente, as agricultoras não usufruem do mesmo reconhecimento, valorização e acesso a oportunidades que os homens, particularmente no que se refere a recursos produtivos, assistência técnica e participação em espaços de decisão. No Nordeste do Brasil, essa realidade está associada a fatores históricos, sociais e culturais que, ao longo do tempo, limitaram a participação feminina nas esferas pública e econômica.

Neste contexto, o presente estudo centra-se na realidade de dois grupos de mulheres agricultoras com práticas consolidadas em agroecologia e gestão comunitária. Essas experiências materializam-se na atuação em unidades de processamento de polpas de frutas e panificação, constituindo iniciativas que fortalecem a economia local e promovem a autonomia feminina. Para além de fontes de rendimento, essas atividades configuram-se como espaços de empoderamento, onde as mulheres desenvolvem competências técnicas, organizativas e políticas (Campos, 2018). A importância do estudo se faz necessária no contexto rural, para identificar que as mulheres são

importantes na produção de alimentos, agregando e contribuindo com a renda da família. Elas são empreendedoras e fazem a economia girar em casa e na comunidade, contribuem para a segurança alimentar e assumem responsabilidades centrais relacionadas com o cultivo, a transformação e a gestão dos alimentos, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida, o bem-estar da família e para a redução da vulnerabilidade alimentar.

## **1.2. Objetivo Geral, Objetivos Específicos e Metodologia da Investigação**

Em consonância com o exposto, o *objetivo geral* da presente investigação é “analisar o papel das mulheres agricultoras da Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil, na promoção da soberania alimentar, da agroecologia e do desenvolvimento territorial, a partir de uma perspectiva de gênero”.

As comunidades Campo do Pouso (São Benedito) e Santa Elias/Santo Amaro (Ubajara), localizadas na Macrorregião da Ibiapaba, oferecem um contexto rico para examinar a interseção entre gênero, agricultura e sustentabilidade.

Pretende-se, desse modo, analisar os desafios sociais, econômicos e culturais que atravessam suas existências, em diálogo com os aspectos biofísicos da região, observando os modos pelos quais tecem suas dinâmicas de vida e sobrevivência territorial.

O contacto com esse objeto de pesquisa converge com a atuação profissional da investigadora, como coordenadora de projetos pedagógicos na Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), no âmbito de programas socioambientais apoiados pela rede sueca *Framtidsjorden* (Terra do Futuro). A sua experiência, como assessora técnica de projetos socioambientais (particularmente na iniciativa “Soberania Alimentar, Gênero e Mudanças Climáticas na Agricultura Familiar”, desenvolvida entre 2017 e 2022) viabilizou a imersão, tanto em regiões de remanescentes de Mata Atlântica (a exemplo da APA, Serra da Ibiapaba), quanto em territórios com processos avançados de desertificação, como o Sertão Central cearense. Ao compreender as perspectivas, desafios e oportunidades enfrentados por essas mulheres, esperamos contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma agricultura mais justa, sustentável e inclusiva.

Assim, para concretizar o objetivo geral foram definidos os seguintes ***objetivos específicos***:

- Caracterizar a Macrorregião da Ibiapaba;
- Observar o perfil das agricultoras;
- Averiguar as práticas/experiências agroecológicas realizadas pelas agricultoras;
- Avaliar a participação das agricultoras em organizações sociais e cooperativas.

Para a consecução destes objetivos, a ***metodologia*** para a execução do referencial teórico, baseou-se na informação secundária (análise de conteúdo de documentos) e para o estudo empírico, recorreu-se a fontes de informação primária (inquéritos, entrevistas e técnicas do DRP) e secundária (análise de conteúdo de documentos). Por meio de uma abordagem participativa e colaborativa, este estudo busca, não apenas documentar as realidades das mulheres agricultoras, mas quiçá, empoderá-las como agentes de mudança em suas próprias comunidades.

### **1.2.1. Estrutura da investigação**

Metodologicamente, para além do Capítulo 1 – Introdução, o estudo divide-se em duas partes. Na primeira parte, desenvolveu-se o ***referencial teórico***, no qual, se delimitaram os conceitos utilizados e se elaborou a fundamentação teórica que serviu de suporte a toda a análise posterior (Capítulo 2 – Estado da Arte e Capítulo 3 – Caracterização das Unidades Produtivas de Análise). Esta análise permitiu compreender a estreita relação entre os conceitos e as realidades cearenses.

Na segunda parte, desenvolveu-se o ***estudo empírico***, no qual foram desenvolvidos os aspetos metodológicos com vista ao cumprimento dos objetivos de estudo (Capítulo 4 – Metodologia de Investigação). A informação primária, recolhida por meio de inquéritos e entrevistas, foi tratada no Capítulo 5 – Análise dos Dados Sociodemográficos e Profissionais das Mulheres Agricultoras e no Capítulo 6 – Aplicação das técnicas de Diagnóstico Rural Participativo às Comunidades do Campo do Pouso e Santa Elias/Santo Amaro. Após a interpretação dos dados obtidos sintetizaram-se os resultados da investigação no Capítulo 7 – Conclusões, onde se apontaram explicações e recomendações para as realidades encontradas.

## **2. ESTADO DA ARTE**

O presente capítulo tem como objetivo discutir aspectos fundamentais relacionados à agricultura contemporânea, com enfoque na Agroecologia, no papel da Agricultura Familiar, na importância da Agricultura Sustentável, no empoderamento feminino, no papel das mulheres na agricultura no mundo e no Brasil, bem como no cooperativismo e associativismo do contexto brasileiro.

### **2.1. Agroecologia**

A agroecologia é uma abordagem científica e prática que busca integrar os princípios da ecologia na agricultura para criar sistemas de produção alimentar mais sustentáveis e resilientes (Galt et al. 2024). Ela surgiu como uma resposta à Revolução Verde<sup>1</sup> e às suas consequências ambientais e sociais negativas, como o uso excessivo de agrotóxicos e a degradação do solo (Galt et al. 2024; Nin-Pratt & McBride, 2014).

A agroecologia enfatiza a importância de práticas agrícolas que preservem e restaurem os ecossistemas naturais, promovendo a biodiversidade, a saúde do solo e a gestão sustentável dos recursos hídricos (Galt et al., 2024). Além disso, ela considera as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas da agricultura, promovendo a justiça social e a equidade, especialmente para os agricultores familiares e comunidades rurais marginalizadas (Galt et al., 2024; Vieira & Panagopoulos, 2024).

A agroecologia propõe um resgate dos saberes tradicionais e a sua integração com o conhecimento científico moderno, criando um diálogo de saberes que valoriza as práticas agrícolas locais e ancestrais (Abdu et al., 2022; López-García & Carrascosa-García, 2024; Tiftonell et al., 2021). Essa abordagem holística e integrada não só melhora a resiliência dos sistemas agrícolas, como também promove a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável (Galt et al., 2024).

Galt et al. (2024) discutem a evolução da agroecologia como uma ciência dialética, sem dogmas ou receitas, mas baseada em princípios que promovem a sustentabilidade e a

---

<sup>1</sup> A Revolução Verde foi um conjunto de técnicas, métodos e inovações aplicadas à agricultura após a Segunda Guerra Mundial, especialmente em países subdesenvolvidos para aumentar a produção de alimentos, aumento na mecanização agrícola e uso de fertilizantes e produtos químicos em larga escala.

justiça social. Esses princípios incluem a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, a participação comunitária e a equidade de gênero.

No Brasil, a agroecologia ganhou força a partir de 1990 como uma evolução do conceito de agricultura alternativa, tornando-se não apenas um campo científico, mas também um movimento social e uma prática política enraizada na agricultura familiar. Ela vem sendo reconhecida como um modelo estratégico para fortalecer a segurança alimentar, reduzir a dependência de insumos externos e conservar os recursos naturais, especialmente em regiões como o semiárido nordestino (Venturin et al., 2023). A agroecologia busca o redesenho dos agroecossistemas com base em princípios de diversidade, reciclagem de nutrientes, equilíbrio ecológico e integração social. Envolve, também, um processo de valorização do saber local e das experiências populares, propondo um rompimento com a lógica de homogeneização e dependência que caracteriza o agronegócio convencional (Bessa et al., 2016).

## **2.2. Agricultura Familiar**

A agricultura familiar desempenha um papel essencial na segurança alimentar, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos localmente, incluindo frutas, hortaliças, cereais e produtos de origem animal. Além de abastecer os mercados regionais, esse modelo produtivo contribui significativamente para a geração de emprego e a preservação de práticas agrícolas sustentáveis (Cardoso et al., 2018).

Frequentemente, os agricultores familiares adotam técnicas que valorizam o uso racional dos recursos naturais, promovem a biodiversidade e contribuem para o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas, o que os torna peças-chave no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

A legislação brasileira define como agricultura familiar os estabelecimentos rurais que atendem, simultaneamente, aos seguintes critérios: a direção dos trabalhos deve ser exercida pelo produtor; o trabalho familiar deve ser predominante em relação ao contratado; e a área do estabelecimento não pode exceder 15 módulos fiscais. Essa conceituação destaca a centralidade da mão de obra familiar e da gestão autônoma na produção (Brasil, 2006).

O reconhecimento e valorização da agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) têm contribuído para a manutenção da agricultura familiar, embora ainda se enfrentem desafios na inclusão plena de comunidades tradicionais e na efetivação do acesso ao crédito e assistência técnica (Gregolin et al., 2017).

Estudos indicam que o fortalecimento de políticas territoriais integradas e participativas é necessário para consolidar a agricultura familiar como pilar da soberania alimentar no Brasil (Niederle, 2018).

### **2.3. Agricultura Sustentável**

De acordo com Altieri & Miguel (2004) a agricultura sustentável é entendida como um modelo produtivo que atende às necessidades alimentares e econômicas da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de fazer o mesmo. Trata-se de um sistema que mantém sua produtividade mesmo sob estresses e perturbações, sem degradar os recursos naturais fundamentais à produção agrícola, como o solo, a água e a biodiversidade.

No Brasil, esse conceito ganhou destaque principalmente a partir da década de 1980, em resposta às críticas ao modelo intensivo da Revolução Verde. Nesse contexto, emergiram práticas baseadas na agroecologia, na diversificação produtiva e na gestão comunitária dos recursos, promovendo maior resiliência socioeconômica e ecológica (Siqueira et al., 2021).

A agricultura familiar tem se mostrado uma peça-chave na transição para um modelo mais sustentável. Estudo revela que propriedades familiares agroecológicas, ao diversificarem cultivos e reduzirem o uso de insumos externos, conseguem manter níveis de renda satisfatórios, preservar os recursos naturais e fortalecer o tecido social das comunidades rurais (Reichert et al., 2011).

Na região Nordeste e, em especial, no semiárido cearense, práticas sustentáveis adotadas por agricultores familiares como adubação orgânica, ausência de queimadas e uso reduzido de agrotóxicos têm contribuído para a manutenção da fertilidade dos solos e a redução da dependência de insumos externos (Vasconcelos et al., 2013).

Segundo Alencar (2007), a sustentabilidade agrícola (Figura 1) deve ser pensada como uma pirâmide fundamentada em três ecossistemas integrados: o biológico (base), o sociocultural (meio) e o econômico (topo). Essa visão reforça a importância de equilibrar produtividade com conservação ambiental e justiça social. A valorização da agricultura sustentável também implica no reconhecimento do papel das políticas públicas. Programas que incentivam agregação de valor aos produtos, como agroindústrias familiares, são exemplos de iniciativas que aliam viabilidade econômica e conservação dos modos de vida tradicionais (Radwanski et al., 2014).

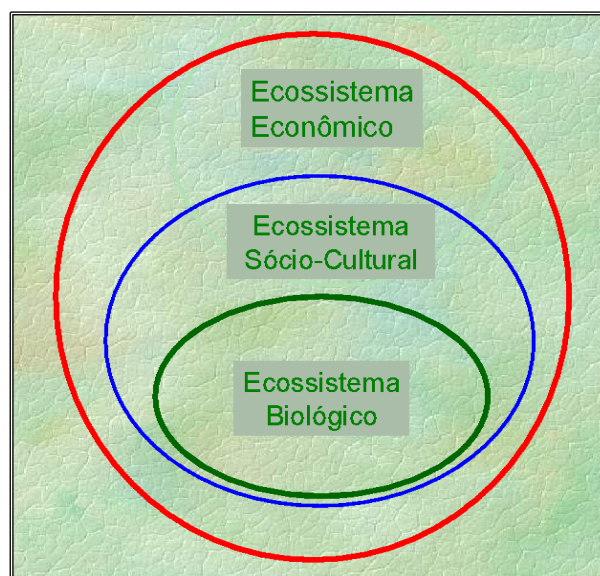


Figura 1. Gráfico metodológico para uma agricultura familiar.  
Fonte: Alencar (2007).

## 2.4. Empoderamento Feminino

O conceito de empoderamento feminino refere-se ao processo de aumentar a capacidade das mulheres de tomar decisões e converter essas decisões em ações e resultados desejáveis (Tittonell et al., 2021; Ume et al., 2022). Isso envolve proporcionar às mulheres o acesso a recursos, oportunidades e habilidades necessárias para participar plenamente nas esferas sociais, econômicas e políticas (Quisumbing et al., 2023; Sahoo et al., 2024). No contexto da agricultura, o empoderamento feminino inclui o fortalecimento das mulheres para que elas possam assumir papéis de liderança nas práticas agrícolas, na gestão dos recursos naturais e na tomada de decisões sobre a produção agrícola (Abdu et al., 2022; Lecoutere et al., 2023).

O empoderamento feminino na agricultura é crucial, não apenas para alcançar a igualdade de gênero, mas também para melhorar a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Mulheres empoderadas são mais propensas a investir em práticas agrícolas sustentáveis e em educação e saúde para suas famílias, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural e a erradicação da pobreza (Asadullah & Kambhampati, 2021; Tittonell et al., 2021; Zirham & Palomba, 2016).

### **2.4.1. O Papel das Mulheres na Agricultura no Mundo**

Historicamente, as mulheres desempenham um papel essencial na agricultura, desde o início do cultivo de alimentos no período neolítico até a gestão atual de propriedades rurais. Contudo, sua contribuição tem sido frequentemente invisibilizada, resultando em barreiras significativas no acesso à terra, crédito, tecnologia e processos de decisão (M. de L. Campos, 2018). Mesmo sendo responsáveis por cerca de 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, conforme dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2019), as mulheres enfrentam desigualdades estruturais que limitam seu potencial produtivo.

Na linha do tempo do papel das mulheres na agricultura no mundo, sublinha-se:

*O período de 10.000 a.C. – Início da Agricultura:* Marca a transição de sociedade nômades para sedentárias. As mulheres desempenham papel fundamental na coleta e cultivo de plantas, especialmente no manejo de sementes, ervas medicinais e alimentos básicos (Lerner, 1986).

*Da antiguidade – Civilizações Agrárias:* Nas antigas civilizações do Egito, Mesopotâmia e Índia, as mulheres atuavam nas plantações, no processamento de alimentos e na gestão doméstica da produção agrícola, embora sem conhecimento oficial ou legal. (Deere & León, 2001).

*Da Idade Média – Europa Rural:* As mulheres camponesas europeias participavam do trabalho agrícola, nas feiras, hortas e lavouras. No entanto não possuíam direito à terra, permanecendo à margem das decisões políticas e econômicas (Lerner, 1986).

*Do Século XIX – América Latina Colonial:* Nas sociedades coloniais, como a América Latina, mulheres indígenas, africanas, escravizadas e camponesas sustentavam a agricultura familiar e de subsistência. Sua contribuição, contudo, continuava invisível (Deere & León, 2001).

*De 1900-1945 – Guerras Mundiais:* Durante a primeira e a segunda guerras mundiais, as mulheres assumiram a produção agrícola em larga escala, em substituição aos homens que eram convocados para o combate. Esse período amplia sua visibilidade na economia rural (FAO, 2011).

De 1950-1970 – Revolução Verde: A modernização da agricultura, com uso de insumos químicos, mecanização e tecnologias de alto rendimento se intensifica. Entretanto o acesso das mulheres a esses recursos foi extremamente limitado e aprofundadas as desigualdades de gênero nas atividades agrícolas (Deere & León, 2001; FAO, 2011)

De 1980 – Reconhecimento Internacional: As organizações internacionais como a FAO e a ONU começaram a reconhecer a importância estratégica da mulher rural, para combater a fome e a pobreza. Iniciam-se debates sobre políticas de igualdade de gênero no meio agrícola (FAO, 2011, 2023; ONU Mulheres, 2020).

De 2000-2020 – Protagonismo e Sustentabilidade: Expansão de movimentos feministas rurais e iniciativas agroecológicas, lideradas por mulheres. Elas passaram a ocupar espaços de lideranças em cooperativas, associações e redes (FAO, 201).

Atualidade – Mulheres como Agentes de Transformação: As mulheres representam 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. Tornaram-se protagonistas de práticas sustentáveis, inovação tecnológica no meio agrícola e defesa da soberania alimentar (FAO, 2023).

De acordo com a FAO, as mulheres desempenham um papel essencial na agricultura global, sendo responsáveis por grande parte da produção de alimentos, especialmente em países em desenvolvimento. Elas representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nesses países, com destaque para a África Subsaariana e o Sul da Ásia, onde esse número ultrapassa os 50%.

Historicamente, as mulheres africanas estiveram na linha de frente da produção de alimentos, especialmente nas pequenas propriedades e na agricultura de subsistência. Em países como o Gana, Etiópia e Nigéria, elas são responsáveis por 60 a 80% da produção de alimentos, desempenhando papéis no plantio, colheita, transporte e comercialização. Apesar disso, enfrentam barreiras estruturais, como restrições ao acesso à terra, ao crédito e à educação técnica. A ONU destaca que, se estivessem acesso igualitário a insumos e políticas, sua produtividade poderia crescer significativamente, contribuindo para uma muito superior segurança alimentar no mundo.

No Sul e Sudeste Asiático, especificamente na Índia e Bangladesh as mulheres sempre tiveram participação ativa na agricultura, sobretudo em atividades como irrigação e o cultivo de arroz, hortaliças e chás. Com a modernização do setor agrícola e o aumento da migração masculina para os centros urbanos, muitas mulheres assumiram na prática, a liderança da produção rural, embora frequentemente sem o devido reconhecimento legal como proprietárias da terra.

Durante os processos coloniais e pós-coloniais, seu trabalho foi central, mas pouco reconhecido. Segundo a ONU, apenas 18% das propriedades rurais na região pertencem legalmente a mulheres. Apesar disso, elas lideram importantes movimentos feministas e de agroecologia, economia solidária e soberania alimentar, sendo protagonistas em países como Brasil, Peru e México, nas políticas públicas de valorização do trabalho da mulher na agricultura.

Na Europa Ocidental e Oriental, o papel das mulheres na agricultura passou por diversas transformações. Durante a Idade Média, elas eram ativas na lavoura, mas sem direitos à terra. Durante as guerras mundiais, assumiram a produção agrícola em larga escala. Na atualidade, existe um aumento quanto a presença feminina na gestão de pequenas propriedades e produção orgânica, especialmente em França, Alemanha e países do Leste Europeu. No entanto, a presença de mulheres em cargos de liderança no setor agropecuário, ainda é baixa, conforme alertado pela ONU e Comissão Europeia.

Nos Estados Unidos e Canadá, o envolvimento das mulheres na agricultura cresceu de forma constante desde meados do século XX. Na atualidade, de acordo com a ONU Mulheres, mais de 30% das propriedades nos Estados Unidos são geridas por mulheres. Elas se destacam com papel expressivo na agroecologia, agricultura orgânica e movimentos de segurança alimentar urbano. Mesmo com estes avanços, as mulheres ainda enfrentam desafios quanto ao acesso igualitário a financiamentos e incentivos governamentais.

Na Oceânia, especificamente na Austrália e nas Ilhas do Pacífico, as mulheres têm forte presença na agricultura comunitária, no cultivo tradicional e em sistemas de manejo agrogeológico adaptados a climas áridos e costeiros. A ONU aponta que, nas Ilhas do Pacífico central, as mulheres são destaque na produção de alimentos para consumo

familiar, porém enfrentam forte discriminação em relação a herança de terras e participação política no meio rural.

Ao longo da história, especialmente nas sociedades agrárias tradicionais da África, Ásia e América Latina, as mulheres sempre desempenharam funções essenciais como o plantio, a colheita, a conservação de sementes e o preparo dos alimentos. No entanto, com o avanço das sociedades patriarcais, consolidou-se uma divisão sexual do trabalho que passou a classificar essas atividades como extensões do trabalho doméstico, desvalorizando e invisibilizando a contribuição produtiva das mulheres no campo (Deere & León, 2001).

A agricultura familiar, especialmente nos países do Sul Global, depende fortemente do trabalho feminino, sendo as mulheres centrais na manutenção da segurança alimentar, conservação da biodiversidade e implementação de práticas sustentáveis (Mesquita, 2014). No entanto, estudos mostram que seu trabalho é frequentemente classificado como “ajuda”, sem reconhecimento social ou remuneração adequada.

Assim, reconhecer e valorizar o papel das mulheres na agricultura é essencial não apenas para promover a equidade de gênero, mas também para garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental das comunidades rurais.

#### **2.4.2. O Papel das Mulheres na Agricultura no Brasil**

A estrutura patriarcal<sup>2</sup> brasileira perpetua-se até aos dias atuais, manifestando-se por meio da desigualdade de gênero em diversos espaços sociais e produtivos. No meio rural, essa realidade é ainda mais acentuada: mulheres agricultoras enfrentam uma dupla ou até tripla jornada de trabalho, acumulando responsabilidades produtivas, domésticas e comunitárias. Essa sobrecarga ocorre, muitas vezes, no mesmo espaço físico da unidade de produção familiar, o que inviabiliza ainda mais seu esforço e dedicação (Mesquita, 2014).

---

<sup>2</sup> O patriarcado consiste em “uma forma de relacionamento, de comunicação entre os gêneros, caracterizada pela dominação do gênero feminino pelo masculino”, com predomínio dos valores masculinos, fundamentados em relações de poder. Nas relações sociais entre homens e mulheres, “o poder se exerce por meio de complexos mecanismos de controle social que oprimem e marginalizam as mulheres” (Sabadell, 2017, p. 231 *apud* Ribeiro, 2021, p. 14).

Apesar disso, as mulheres rurais são protagonistas da agricultura familiar, contribuindo ativamente desde o cultivo até a comercialização dos alimentos. A agricultura familiar é caracterizada pela gestão e trabalho maioritariamente da família, em propriedades pequenas ou médias, e responde por uma parcela significativa da produção de alimentos no país. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, são classificados como familiares, 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil, uma proporção expressiva dessa produção depende do trabalho feminino (Chao, 2024; Quisumbing et al., 2023).

O empoderamento das mulheres rurais tem sido associado a melhorias não apenas na produção agrícola, mas também na qualidade de vida das famílias e no fortalecimento da autonomia feminina. Iniciativas como o PRONAF, embora importantes, nem sempre garantem esse empoderamento se não forem acompanhadas de ações sensíveis às relações de gênero (Silva et al., 2020).

Entretanto, a divisão sexual do trabalho continua colocando as mulheres na condição de “ajudantes”, sem reconhecimento pleno pelo trabalho que realizam. Estudo aponta que o trabalho feminino é muitas vezes invisibilizado e não remunerado, sendo associado às atividades domésticas e ao entorno produtivo, como hortas, criação de pequenos animais ou fabricação de alimentos, enquanto os homens assumem a gestão formal da propriedade (Silva et al., 2020).

Para além disso, o acesso das mulheres ao crédito, à terra e à assistência técnica continua limitado. O PRONAF, embora preveja a priorização do público feminino, muitas vezes não atinge efetivamente esse objetivo. A mediação técnica e bancária raramente considera a perspectiva de gênero, perpetuando o controle masculino sobre os recursos e a produção (Silva et al., 2020).

Mesmo com essas barreiras, as mulheres agricultoras têm construído redes de resistência e protagonismo. Iniciativas como associações femininas, agroindústrias comunitárias e práticas agroecológicas vêm fortalecendo sua autonomia econômica e política, além de contribuir para a segurança alimentar e a sustentabilidade de seus territórios (Vidal, 2011).

Deste modo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Censo Agropecuário de 2017, demonstrado no gráfico a distribuição dos estabelecimentos

classificados como agricultura família no Brasil, mostrando diferenças regionais e destacando a Região Nordeste com potencial agrícola do país, com 46,6% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar (Figura 2).

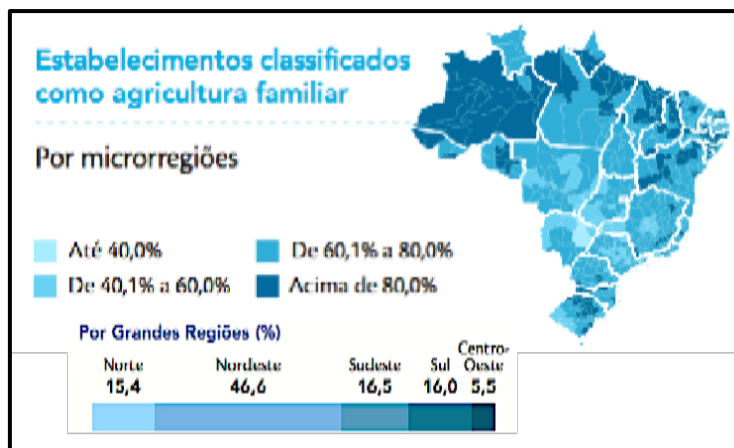


Figura 2. Mapa de Classificação dos estabelecimentos quanto a agricultura familiar.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

A análise em relação aos dados gerais demonstrados em todo o território brasileiro, no Censo Agropecuário 2017, no que se refere ao sexo aponta informações importantes sobre a origem da alimentação e que parte desta produção agrícola decorre do trabalho feminino, apresentam as seguintes percentagens: 18,7% são mulheres agricultoras e 81% são homens agricultores (figura 3).

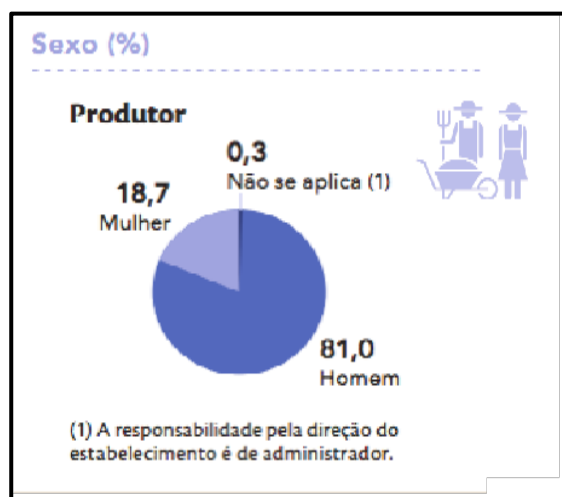


Figura 3. Dados quanto a percentagem de mulheres e homens na agricultura familiar.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Esses números evidenciam uma predominância masculina na profissão. Tal diferença de gênero pode ser explicada, em grande parte, pela atribuição tradicional dos papéis sociais. Isto acontece, tendo em vista o homem ser o principal responsável oficial pelo estabelecimento, e estando responsável pela unidade de produção, de acordo com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o PRONAF, documento de comprovação oficial de agricultor/agricultora familiar.

Neste contexto, a análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, não apenas descreve a distribuição de gênero entre agricultoras e agricultores, mas também evidencia a necessidade de ações que promovam a equidade de gênero no meio rural. Isso inclui dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, além de ampliar políticas públicas voltadas à mulher do campo. No cenário brasileiro, a legislação sobre agricultura orgânica e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), nos quais se insere a agricultura familiar, reconhecem a importância da participação das mulheres e das comunidades locais na gestão e certificação da produção orgânica, contribuindo para o empoderamento feminino e para a sustentabilidade no meio rural (Tiftonell et al., 2021).

#### **2.4.2.1. O Associativismo/Cooperativismo no Brasil**

O Associativismo é a prática que une pessoas em torno de objetivos comuns, na constituição de associações, cooperativas, grupos comunitários, sindicatos, entre outras formas organizativas. O Cooperativismo e o Associativismo constituem formas fundamentais de organização social e econômica no meio rural brasileiro. Ambos representam estratégias coletivas utilizadas por agricultores familiares, para enfrentarem os desafios históricos, de exclusão social, de concentração de terras e da desigualdade para o acesso a mercados e políticas públicas (Sistema OCB, 2023).

O modelo organizativo das agricultoras e dos agricultores tem ganhos no campo produtivo e comercial, baseado na cooperação e autogestão, tem-se destacado por promoverem o desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva.

No Brasil, existe um órgão máximo de representação das cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criado em 1969. As cooperativas estão presentes em praticamente todos os setores da economia, com atuação em vários segmentos, gerando

trabalho, renda e desenvolvimento local, mais do que gerar resultados, elas geram impactos positivos (Sistema OCB, 2023).

O Sistema OCB no seu programa de 2023-2026, apresentou ao país as seguintes propostas para “Um Brasil Mais Cooperativo”:

1. Cooperativas como protagonistas para uma nova economia.
2. O Cooperativismo como modelo econômico do desenvolvimento sustentável.
3. Cooperativas em prol de cidades e comunidades mais prósperas.
4. Construindo o futuro do trabalho pela cooperação.
5. Bases estruturantes para impulsionar o país.

Na figura 4, os dados do Sistema OCB (2022), referem-se a análise do cooperativismo no Brasil. Demonstram que grande parte da produção agrícola nacional está diretamente vinculada à atuação das cooperativas e da agricultura familiar. Destaca-se que 53% da produção de grãos no país, tem origem das cooperativas e que 71,2% dos produtos comercializados, por essas instituições provêm da agricultura familiar. Esse modelo de organização tem impacto significativo na gestão de trabalho e renda, contando com mais de 8 mil profissionais atuando em cooperativas voltadas à assistência técnica e à extensão rural.



**Figura 4. Dados quanto a percentagem de cooperativas agropecuárias.**  
**Fonte: Sistema OCB Anuário do Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2021).**

Enquanto o mercado incorpora aos poucos as dimensões Ambiental, Social e Governança (ASG) para o cooperativismo, estes fatores fazem parte das suas raízes, estão presentes em seu DNA (ácido desoxirribonucleico), entendido neste contexto, como a essência, a identidade e os princípios fundamentais que orientam o modelo cooperativista.

Tendo em vista a busca pelo alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, a OCB destaca, neste eixo, o papel das cooperativas para acabar com a fome e alcance a segurança alimentar e a melhoria da nutrição mundial, por meio da produção agropecuária sustentável.

Durante a última Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), o painel “Cooperativismo como ferramenta para a economia de baixo carbono” apresentou exemplos práticos de que é possível aliar produtividade e desenvolvimento com responsabilidade social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica, e como o cooperativismo está no centro desta agenda. Para isso, é necessário um ambiente favorável para o aproveitamento do grande potencial do país como liderança global na transição para uma economia verde, avançando no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano ABC+), na efetivação completa do Código Florestal e no avanço das políticas de pagamento por serviços ambientais e demais instrumentos econômicos (Sistema OCB, 2023).

### 3. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DE ANÁLISE

Para uma melhor compreensão e conhecimento das comunidades do presente estudo, sintetizam-se na tabela 1, os seguintes eixos temáticos a tratar neste ponto:

- Caracterização da *Região Nordeste do Brasil* e da *Macrorregião da Ibiapaba*, ambas no Ceará e das *Unidades Produtivas de Campo de Pouso (CP)*, em São Benedito e *Santa Elias Santo Amaro (SESA)*, em Ubajara.

**Tabela 1. Sintetização esquemática das regiões e das comunidades do estudo (Estado do Ceará)**

| <b>3.1. Região Nordeste</b>                                                         | <b>3.2. Macrorregião da Ibiapaba</b>                                                                   | <b>3.3. Comunidades Rurais de Campo do Pouso e Santa Elias/Santo Amaro</b>                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (3.1.1.) aspectos econômicos predominantes;                                         | (3.2.1.) aspectos geográficos e climáticos;                                                            | (3.3.1.) aspectos específicos da comunidade de Campo do Pouso;                                                                                                         |
| (3.1.2.) importância das atividades de agricultura e pecuária na economia regional. | (3.2.2.) dinâmica econômica e agrícola;                                                                | (3.3.2.) características sociais e econômicas da comunidade de Santo Elias/Santo Amaro;                                                                                |
|                                                                                     | (3.2.3.) elementos sociais e culturais relevantes;                                                     | (3.3.3.) desafios e potenciais relacionados com o desenvolvimento local e com o fortalecimento da agricultura familiar na área de abrangência do projeto de CP e SESA. |
|                                                                                     | (3.2.4.) principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento territorial sustentável na região. |                                                                                                                                                                        |

**Fonte: Elaboração própria, 2025**

A seguinte abordagem, descritiva e analítica, será organizada de acordo com os três pontos acima referidos.

#### 3.1. Caracterização da Região Nordeste, Ceará, Brasil

A Região Nordeste do Brasil é reconhecida por sua riqueza cultural, histórica e diversidade ambiental. É composta por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), abrangendo uma área de aproximadamente 1 554 257 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 18% do território nacional. A região é marcada por manifestações culturais singulares, como o forró, o cordel e o artesanato, além de uma trajetória histórica profundamente influenciada pela colonização portuguesa, resistência indígena e a presença afrodescendente (IBGE, 2024; IPECE, 2017).

No estado do Ceará, a organização territorial sofreu uma reformulação em 2015. Por meio do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), adotou-se uma nova divisão regional, com o objetivo de aprimorar o planejamento, o monitoramento e a

execução de políticas públicas de forma mais territorializada. Essa mudança promoveu a regionalização, com base em critérios agroambientais, socioeconômicos, culturais e de rede de fluxos dos municípios (Niederle, 2018).

A conceção territorial adotada neste novo modelo baseia-se nos princípios definidos pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), o qual compreende o território como uma unidade geográfica e social complexa, resultante da articulação entre dinâmicas econômicas, ecológicas, sociais e culturais. Essa abordagem permite visualizar o Brasil não apenas como um agrupamento de municípios isolados, mas como uma rede de territórios interconectados. Nessa perspectiva, as políticas públicas devem promover o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos locais, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável (Costa, 2012).

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados (PTDRS, 2010).

A ênfase no desenvolvimento territorial permite reconhecer os territórios como mediadores entre as dimensões municipais, macrorregionais e estaduais. Essa perspectiva amplia a coesão social e favorece estratégias integradas que articulem agentes públicos e sociais na implementação de projetos economicamente viáveis e ambientalmente responsáveis (Niederle, 2018).

No contexto cearense, experiências regionais como a do semiárido, destacam-se pelo uso de tecnologias sociais, estratégias de convivência com o clima e fortalecimento da agricultura familiar. Estudos demonstram que o território, é entendido como construção social e espaço de articulação de políticas, é elemento-chave para promover o desenvolvimento rural sustentável, respeitando as identidades e capacidades locais (Costa, 2012).

A Figura 5 apresenta o mapa do Brasil com sua divisão territorial oficial, composta por cinco grandes regiões: Norte, Nordeste (destacada neste trabalho), Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Esta divisão regional, estabelecida pelo IBGE, é amplamente utilizada em estudos geográficos, estatísticos e socioeconômicos, permitindo a análise comparativa entre

diferentes territórios do país. No contexto deste estudo, a ênfase na Região Nordeste se justifica por suas características socioeconômicas específicas, sua forte presença de comunidades rurais e práticas de agricultura familiar, além da relevância histórica e cultural da região.



Figura 5. Mapa do Brasil com a divisão geográfica por região.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017)

### 3.1.1. Aspectos Econômicos e Sociais

A economia do Nordeste brasileiro é marcada por uma diversidade de atividades, incluindo agricultura, pecuária, pesca, indústria, comércio, serviços e turismo. Apesar dessa diversidade, a região continua a enfrentar desafios estruturais históricos, como desigualdade social, baixa escolaridade, deficiências na saúde pública e êxodo rural. De acordo com o IBGE, a Região Nordeste ainda concentra alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com elevada incidência de pobreza e vulnerabilidade social.

Esses problemas são agravados por fatores como a má distribuição de terras, a baixa capacidade de investimento em infraestruturas e a exposição a eventos climáticos extremos, como as secas prolongadas do semiárido. A escassez hídrica, em especial, compromete a segurança alimentar, a produtividade agrícola e o desenvolvimento

regional, desencadeando desemprego, migração rural-urbana e até aumento da violência em determinadas localidades (Silva et al., 2017).

Além disso, estudos demonstram que a vulnerabilidade socioeconômica no semiárido está fortemente ligada à ausência de planejamento e integração entre políticas públicas, o que limita a capacidade de resposta das populações mais pobres a eventos climáticos extremos (Silva et al., 2023).

### **3.1.2. Agricultura e Pecuária**

A agricultura é um setor central na economia do Nordeste, sobretudo nas áreas rurais. A produção é voltada tanto para o mercado interno quanto para exportações, com destaque para culturas como cana-de-açúcar, manga, melão, acerola, mandioca, milho e feijão. A pecuária, embora menos expressiva que em outras regiões, também tem papel importante na subsistência das famílias rurais.

A agricultura familiar predomina, representando mais de 80% da força de trabalho no campo nordestino (Curado et al., 2014). No entanto, essa atividade enfrenta inúmeros entraves estruturais, como dificuldade de acesso ao crédito, assistência técnica insuficiente, escassez de água, baixo nível de mecanização e dependência climática. Essas limitações resultam em baixa produtividade e dificultam a inserção competitiva dos pequenos produtores no mercado.

A seca é o principal fator limitante da produção agrícola na região semiárida. Estudos mostram que a escassez hídrica não apenas afeta diretamente a produção e renda, mas também amplia outras vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais das comunidades rurais (Silva et al., 2017).

Mesmo diante desses desafios, experiências de base agroecológica em assentamentos do Ceará demonstram que práticas sustentáveis, como adubação orgânica, não uso de agrotóxicos e diversificação da produção, têm contribuído para manter a fertilidade do solo, reduzir custos e aumentar a resiliência produtiva das famílias (Vasconcelos et al., 2013).

### 3.2. Caracterização da Macrorregião da Ibiapaba - Ceará

A Macrorregião da Ibiapaba (Figura 6), localizada no noroeste do estado do Ceará, possui grande relevância socioeconômica, cultural e ambiental. É composta por nove municípios principais nomeadamente: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará e Ipu, que se destacam pela produção agrícola diversificada, clima ameno e riqueza hídrica, características raras no semiárido nordestino. Essa região compõe parte da macrorregião de Sobral/Ibiapaba, que inclui 29 municípios, cobrindo uma área de aproximadamente 166 629 km<sup>2</sup>, o que representa 11,2% do território cearense.



Figura 6. Mapas do Ceará e Região de Planejamento Territorial da Serra da Ibiapaba.  
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE, 2017).

A subdivisão territorial da macrorregião revela três áreas homogêneas: o Vale do Coreaú (zonas litorânea e do sertão), a Serra da Ibiapaba (zona de planalto) e o Vale do Acaraú (sertão e planície fluvial). Segundo estimativas do IBGE, em 2006, essa macrorregião concentrava uma população de mais de 800 mil habitantes, com uma tendência de crescimento urbano. Enquanto 49,1% da população vivia em áreas urbanas em 1991, esse

número subiu para 63,4% em 2006 e atualmente, de acordo com o último censo demográfico realizado, esse número teve uma redução para 62,5%. Esse processo reflete uma migração campo-cidade motivada por fatores como precariedade das condições de vida rurais e redução da atratividade da agricultura familiar como principal meio de subsistência.

A urbanização crescente e o esvaziamento do meio rural têm sido objeto de preocupação nos estudos sobre desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com Marin e Drebes, (2020), essa migração pode estar associada à dificuldade de reprodução social de agricultores familiares e à ausência de perspectivas para jovens rurais, o que compromete os processos de sucessão agrícola e manutenção das comunidades locais.

De acordo com Pinheiro et al. (2023) a região também se destaca por práticas agroecológicas e ações de organização social. Um exemplo é a Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba (APOI), cujos agricultores adotam práticas de manejo sustentável, com respeito à biodiversidade e à saúde do solo.

Estudos mostram que, embora existam desafios econômicos e institucionais, o sistema de produção orgânica da APOI apresenta indicadores positivos de sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica em pequena escala (Oliveira et al., 2008). Neste âmbito a Macrorregião da Ibiapaba reúne elevado potencial produtivo e diversidade ecológica, mas ainda enfrenta desafios socioeconômicos, configurando-se como um território estratégico para políticas públicas voltadas ao fortalecimento agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável (Barros & Barden, 2019).

### **3.2.1. Aspetos Geográficos e Climáticos**

A Serra da Ibiapaba, localizada no noroeste do estado do Ceará, apresenta relevo de planalto, com altitudes entre 700 e 900 metros acima do nível do mar. Essa topografia favorece um clima mais ameno em relação ao restante do estado, com temperaturas médias anuais entre 18 °C e 25 °C. O regime pluviométrico da região é caracterizado por duas estações bem definidas: uma chuvosa (de janeiro a junho) e outra seca (de julho a dezembro). A vegetação nativa, composta por matas serranas e áreas de transição com o Cerrado e a Caatinga, é essencial para a proteção de nascentes e manutenção dos recursos hídricos (Pinheiro et al., 2023).

As mudanças climáticas têm provocado alterações significativas no padrão climático da região. Estudos mostram aumento da temperatura média, redução da frequência de neblina matinal e alteração no regime de chuvas, especialmente nos meses tradicionalmente mais secos, como agosto, o que afeta diretamente o desenvolvimento das culturas agrícolas (Medeiros et al., 2012). A análise de séries climáticas demonstra tendência de redução de precipitação e aumento da evapotranspiração, agravando a escassez hídrica e a vulnerabilidade dos sistemas produtivos.

A importância ambiental da região serrana também é destacada por sua vegetação diferenciada, com áreas de floresta estacional e alta biodiversidade, como observado na Serra das Flores em Viçosa do Ceará (Pinheiro et al., 2023). Essa complexidade ecológica reforça a necessidade de políticas de conservação integradas no planejamento agrícola.

### **3.2.2. Economia e Agricultura**

A economia da Ibiapaba é fortemente baseada na agricultura, destacando-se a produção de hortaliças, frutas e flores. O cultivo de hortaliças como alface, tomate e cenoura é significativo, assim como a produção de frutas como banana, abacate e morango. A floricultura também é uma atividade importante, com a produção de rosas, crisântemos e outras espécies ornamentais. A agricultura familiar é a base econômica da região, contribuindo significativamente para a geração de emprego e renda.

No território Serra da Ibiapaba o setor agropecuário responde por aproximadamente 32% do Produto Interno Bruto (PIB). O setor agropecuário fica atrás apenas do setor de serviços, com 55% do PIB. No entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam são as seguintes: maracujá, tomate, cana-de-açúcar, horta em geral e bovinocultura de leite (PTDRS, 2010).

Pese embora o referido, desafios enfrentados pelos agricultores/as incluem o acesso limitado a crédito, assistência técnica, infraestrutura de armazenamento e irrigação. As condições edafoclimáticas, como solos frágeis, chuvas irregulares e risco de estiagens, limitam o potencial produtivo de diversas culturas. Claudino-Sales et al., (2020) reforçam que a fragilidade ambiental no semiárido nordestino exige práticas sustentáveis e adaptadas à realidade climática local.

Mesmo assim, experiências agroecológicas têm demonstrado bons resultados. A produção diversificada, com menor dependência de insumos externos, contribui para a resiliência das unidades familiares, especialmente em cenários de instabilidade climática. Essas práticas também reforçam a segurança alimentar e o protagonismo das mulheres no campo, que muitas vezes lideram a produção de hortaliças e alimentos processados localmente (Cribb, 2008).

### **3.2.3. Aspectos Sociais e Culturais**

A região da Serra da Ibiapaba possui uma identidade cultural singular, resultado da diversidade étnica e histórica de seus habitantes. Essa riqueza se manifesta em festas religiosas, danças populares, expressões orais, práticas de cura tradicionais, culinária típica e no artesanato local, o que contribui para o sentimento de pertencimento e coesão das comunidades rurais (Carneiro & Palm, 2016).

As comunidades da Ibiapaba têm fortalecido suas práticas coletivas por meio de associações e cooperativas, promovendo o desenvolvimento de redes de solidariedade e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida. O PTDRS, 2010 destaca o território como espaço social, cultural e ecológico em que se constroem identidades e se articulam saberes locais com novas formas de organização produtiva e política.

Experiências em diferentes regiões serranas do Brasil mostram que os modos de vida das famílias agricultoras estão profundamente vinculados à memória, ao território e à relação com o meio ambiente. Essas identidades locais são fortalecidas quando há reconhecimento institucional e apoio a práticas sócioprodutivas sustentáveis, como apontado por estudos em São Pedro da Serra, Rio de Janeiro (Carneiro & Palm, 2016).

### **3.2.4. Desafios e Oportunidades da Macrorregião da Ibiapaba**

Entre os principais desafios enfrentados no nordeste brasileiro, pelos agricultores/as da Ibiapaba estão o acesso limitado ao crédito, a escassez de assistência técnica especializada, infraestrutura precária para transporte e armazenamento de produtos e a baixa inserção em mercados mais rentáveis. Essas limitações comprometem a autonomia e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Bezerra et al., 2020; Pinheiro et al., 2023).

O acesso a políticas públicas como o PRONAF tem sido insuficiente para abranger a totalidade dos agricultores familiares. Além disso, a linha agroecológica do programa enfrenta entraves estruturais, como o foco excessivo no financiamento de itens específicos, dificultando abordagens integradas que considerem o sistema de produção como um todo (Fávero, 2007).

Por outro lado, o fortalecimento de práticas agroecológicas e de empreendimentos de economia solidária tem demonstrado potencial para ampliar a geração de renda e promover a sustentabilidade ambiental e social. Iniciativas como as Unidades de Processamento de Polpa de Frutas e de Panificação representam estratégias promissoras, especialmente para mulheres agricultoras, ao criar oportunidades de empreendedorismo local, geração de valor agregado e empoderamento feminino (Bessa et al., 2016).

A valorização da identidade territorial, combinada com a inovação adaptada à realidade local, é essencial para enfrentar as desigualdades sociais e regionais. Isso requer o reconhecimento dos saberes locais e a promoção de políticas integradas que estimulem a permanência no campo com dignidade e justiça social (Galt et al., 2024; Silva et al., 2020).

### **3.3. Caracterização das Unidades Produtivas das Comunidades do Campo de Pouso e Santa Elias Santo Amaro**

Neste tópico, será realizada a caracterização das unidades produtivas localizadas nas comunidades do Campo de Pouso (São Benedito), e Santa Elias/Santo Amaro (Ubajara), ambas situadas na região serrana da Ibiapaba, no Estado do Ceará. A análise inclui aspectos geográficos, produtivos, organizacionais e socioeconômicos dessas comunidades, com ênfase nas práticas agroecológicas, nos desafios enfrentados pela agricultura familiar e nas estratégias coletivas voltadas ao fortalecimento da produção, comercialização e valorização do trabalho feminino por meio do cooperativismo e da agroindustrialização local.

#### **3.3.1. Campo de Pouso - São Benedito**

A comunidade de Campo de Pouso é formada predominantemente por pequenas propriedades voltadas à agricultura familiar. Os principais cultivos incluem hortaliças

(como alface, couve e coentro), frutas (como maracujá, acerola e goiaba) e plantas ornamentais. A introdução de práticas agroecológicas, com foco na sustentabilidade ambiental e no uso racional dos recursos naturais, tem sido promovida por meio de parcerias com organizações não governamentais, associações locais e projetos de extensão rural.

A unidade de processamento de polpas de frutas foi uma iniciativa estratégica para agregar valor à produção local, melhorar a conservação dos alimentos e fortalecer a renda das agricultoras, especialmente por meio do trabalho coletivo. Essas experiências reforçaram os benefícios da verticalização agroindustrial como forma de aproveitamento eficiente dos recursos da agricultura familiar (Cribb, 2008). Além disso, a organização das mulheres em torno da agroindústria tem fortalecido o papel feminino nas decisões produtivas e comunitárias (Vidal, 2011).

### **3.3.2. Santa Elias Santo Amaro - Ubajara**

A comunidade de Santa Elias Santo Amaro, destaca-se por seu envolvimento com práticas agroecológicas e pela busca de autonomia alimentar e econômica. A produção de subsistência é baseada em milho, feijão, mandioca, hortaliças e criação de animais de pequeno porte, complementada por práticas como compostagem e uso de biofertilizantes. Tais técnicas não apenas reduzem a dependência de insumos externos, mas também promovem a fertilidade do solo e a resiliência dos agroecossistemas locais (Moreira-Dantas et al., 2023). A participação ativa em cooperativas e associações tem sido crucial para facilitar o acesso a mercados, crédito e capacitação. A implementação de uma unidade de processamento de polpas de frutas fortaleceu a autonomia econômica das mulheres, aumentou o valor agregado da produção e contribuiu para o desenvolvimento territorial sustentável (Radwanski et al., 2014). Essa experiência reforça que o cooperativismo e o associativismo são ferramentas fundamentais para a sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar (Rosa et al., 2008).

### **3.3.3. Desafios e Potenciais de Desenvolvimento de Campo de Pouso e Santa Elias Santo Amaro**

As comunidades de CP e SESA enfrentam desafios comuns que limitam o pleno desenvolvimento de suas capacidades produtivas e organizativas. Entre os principais obstáculos estão: a infraestrutura deficiente (especialmente para transporte e armazenamento), o acesso limitado a crédito e assistência técnica qualificada, e a necessidade de reconhecimento institucional do trabalho feminino, que permanece, em grande parte, invisibilizado. Embora programas como o PRONAF tenham representado avanços no financiamento da agricultura familiar, estudos mostram que seu alcance é ainda desigual, com baixo impacto entre os segmentos mais vulneráveis – especialmente mulheres e pequenos agricultores do Nordeste. A flexibilização das condições de crédito, embora tenha ampliado o número de contratos, também tem gerado dependência excessiva de subsídios estatais sem garantir a autonomia produtiva de longo prazo (Abramovay & Piketty, 2005; Costa & Viana, 2021).

Por outro lado, o potencial de desenvolvimento dessas comunidades é expressivo. A combinação de práticas agroecológicas, a organização coletiva (em cooperativas e associações) e o empreendedorismo feminino, como evidenciado nas unidades de processamento de polpas de frutas, apontam para caminhos sustentáveis de fortalecimento da economia local. A agroindustrialização em escala familiar tem-se mostrado uma estratégia eficaz para agregar valor à produção e gerar renda, especialmente entre mulheres agricultoras (Júnior, 2010). Além disso, experiências bem-sucedidas de desenvolvimento territorial no Brasil demonstram que políticas públicas com enfoque territorial integrado que considerem simultaneamente infraestrutura, capacitação técnica, equidade de gênero e respeito aos saberes locais são fundamentais para superar desigualdades históricas e promover a inclusão produtiva no campo (Silva, 2012; Sousa et al., 2019).

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**

### **4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Neste tópico, apresentam-se os objetivos gerais e específicos, a metodologia e as técnicas utilizadas para a realização da pesquisa. Busca-se, para tal, compreender as condições de vida, as práticas agroecológicas e as experiências de empoderamento feminino nas comunidades de Campo do Pouso (São Benedito-CE) e Santa Elias/Santo Amaro (Ubajara-CE), situadas na Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil.

#### **4.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

O presente trabalho tem como objetivo geral “analisar o papel das mulheres agricultoras da Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil, na promoção da soberania alimentar, da agroecologia e do desenvolvimento territorial, a partir de uma perspectiva de gênero”.

Para o cumprimento do objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar a Macrorregião da Ibiapaba: Analisar os aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais da região.
2. Observar o perfil das agricultoras: Analisar as classes etárias das mulheres agricultoras, a literacia, o tempo de atuação das mulheres na agricultura, o tamanho das unidades produtivas, entre outros tópicos inerentes.
3. Averiguar as práticas/experiências agroecológicas realizadas pelas agricultoras: Destacar a relevância do papel feminino na agricultura familiar e nas técnicas utilizadas, para a promoção da sustentabilidade ambiental.
4. Avaliar a participação das agricultoras em organizações sociais e cooperativas: Entender como a inserção em coletivos e cooperativas contribui para o fortalecimento da economia local, empoderamento e a igualdade de gênero.

Iremos, assim, detalhar a abordagem metodológica utilizada para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

## **4.2. Recolha de Informação Primária e Secundária**

As atividades de campo ocorreram ao longo de seis meses e envolveram técnicas participativas e instrumentos de investigação quantitativa e qualitativa.

Assim, o estudo foi organizado em duas etapas: (1) levantamento de dados secundários e (2) pesquisa de campo, com recolha de dados primários, com foco qualitativo e quantitativo.

Na primeira etapa da pesquisa (referencial teórico), realizou-se a recolha de material bibliográfico para o levantamento de informação secundária com o objetivo de construir o referencial teórico e contextual. Foram consultadas fontes como artigos científicos, livros, teses, dissertações, relatórios institucionais (ex: FAO, IBGE, CONTAG) e dados estatísticos, especialmente o Censo Agropecuário do Brasil de 2017. Esse mapeamento forneceu uma base sólida para compreender os desafios estruturais da agricultura familiar e as dinâmicas sociais que afetam a participação feminina no meio rural.

Na segunda etapa da pesquisa (estudo empírico), foi efetuado o levantamento de informação primária, utilizando metodologias quantitativas, qualitativas, ferramentas metodológicas DRP e observação-participante.

A opção por uma metodologia de natureza mista justifica-se pela complexidade dos fenômenos analisados, os quais exigem não apenas a coleta de dados objetivos, mas também a interpretação das experiências, percepções e significados atribuídos pelas participantes às suas práticas cotidianas.

Assim, a presente pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, com o intuito de oferecer uma compreensão abrangente, aprofundada e contextualizada da realidade vivida pelas mulheres agricultoras das comunidades anteriormente referidas.

### **4.2.1. Metodologia Quantitativa e Qualitativa**

A metodologia quantitativa foi usada para o tratamento dos dados primários (questões fechadas) dos inquéritos (Anexo 1) e a metodologia qualitativa foi utilizada para o tratamento dos dados primários (questões abertas) dos inquéritos, mas também das questões colocadas nas entrevistas.

### **A- Inquéritos**

Foram aplicados 34 inquéritos mistos (questões abertas e questões fechadas) a mulheres agricultoras com o objetivo de captar narrativas sobre seus desafios cotidianos, trajetórias de vida, práticas agroecológicas e formas de organização social. Os inquéritos pretenderam captar, entre outros aspetos, informação sobre o perfil socioeconômico, acesso a políticas públicas, renda, produção agrícola e inserção em cooperativas.

### **B- Entrevistas**

As 34 mulheres foram divididas em 2 grupos, G1 e G2, por se tratar de 2 comunidades em regiões distintas, 22 na comunidade de Campo do Pouso e 12 na Comunidade de Santa Elias Santo Amaro.

Foi neste contexto que foram efetuadas 2 entrevistas às representantes legais de cada associação (presidentas eleitas em assembleia geral) que complementaram a construção coletiva de conhecimentos, trocas de experiências e reflexões sobre o papel das mulheres na agricultura e na economia local:

- ☐ Presidenta do G1 – Grupo da Comunidade de Campo do Pouso (22 mulheres associadas)
- ☐ Presidenta do G2 – Grupo da Comunidade de SESA – G2 (12 mulheres associadas).

Para tal, foi utilizado um guião de entrevista (Anexo 2) para recolher informação mais abrangente e aprofundada sobre a atuação de cada associação, bem como compreender a sua organização, o processo e contexto específico de criação das associações, as características e dinâmicas de funcionamento. Pretendeu-se, assim, recolher informação mais detalhada de cada comunidade, identificando suas estratégias organizativas, desafios enfrentados e formas de cooperação entre as associadas.

### **C- Diagnóstico Rural Participativo**

O DRP é uma metodologia que utiliza diversas técnicas e ferramentas, permitindo que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, comecem a auto-gerenciar o seu planeamento e desenvolvimento. Desta maneira, as/os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorarem suas potencialidades de planeamento e ação. O DRP pretende desenvolver processos de

pesquisa a partir das condições e possibilidades das/os participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a ideia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la (Expósito Verdejo, Cotrim & Ramos, 2007).

Diferente de métodos tradicionais, onde especialistas externos realizam diagnósticos, o DRP busca valorizar o conhecimento local e promover a participação ativa das agricultoras/es e demais membros da comunidade. O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação das comunidades pela participação ativa e, assim, fomentar o desenvolvimento sustentável, e que o DRP é uma abordagem metodológica que envolve a comunidade rural no processo de identificação e análise de suas necessidades, problemas e potencialidades (Expósito Verdejo, Cotrim & Ramos, 2007).

A importância do DRP reside em vários aspetos:

- Empoderamento Comunitário: Ao envolver os moradores locais no diagnóstico, o DRP fortalece o senso de pertencimento e capacita a comunidade a tomar decisões informadas sobre seu desenvolvimento.
- Valorização do Conhecimento Local: O DRP reconhece e utiliza o conhecimento e as experiências dos agricultores e das agricultoras, garantindo que as soluções propostas sejam culturalmente adequadas e mais facilmente adotadas.
- Sustentabilidade e Efetividade: As soluções desenvolvidas com base no DRP tendem a ser mais sustentáveis e eficazes, pois consideram as reais necessidades e condições da comunidade.
- Transparência e Inclusão: O processo participativo promove a transparência e a inclusão, assegurando que todos os segmentos da comunidade, incluindo os mais vulneráveis, tenham voz e possam contribuir para o seu próprio desenvolvimento.

Essa abordagem dialógica tem-se mostrado eficaz para gerar conhecimento transformador, pois vai além da simples coleta de dados: busca construir, junto às comunidades, alternativas sustentáveis de desenvolvimento baseadas em seus próprios saberes e potencialidades. Ao integrar análise social, ambiental e econômica, o DRP fortalece a governança local e contribui para a construção de uma economia circular e solidária, ancorada na valorização da produção local e da autonomia das mulheres.

Nas comunidades acima referidas, foram aplicadas três principais ferramentas do DRP:

1. Mapa Físico da Comunidade: para identificar os recursos naturais e sociais disponíveis na comunidade.

Permitiu à comunidade identificar coletivamente os principais recursos naturais, infraestrutura, locais de produção e áreas de uso coletivo. As agricultoras mapearam o território com base em seus saberes e experiências, revelando tanto os ativos disponíveis quanto os pontos críticos de acesso à água, estradas e áreas produtivas.

2. Mapa Matriz das Espécies: um quadro organizado em colunas e linhas, onde a comunidade lista e analisa as espécies vegetais (e animais) presentes no território, considerando diferentes critérios como o uso, importância, frequência, época de cultivo, disponibilidade, entre outros.

Possibilitou à comunidade fazer o levantamento das espécies cultivadas nas propriedades, destacando as práticas agroecológicas utilizadas, os critérios de seleção de cultivos e o uso tradicional de plantas medicinais e alimentares. Essa matriz também evidenciou a contribuição das mulheres na preservação da agrobiodiversidade local.

3. Mapa de Fluxos Econômicos: uma ferramenta de representação gráfica (em forma de fluxograma, desenho ou esquema circular) das fontes de renda, trocas e circulações de produtos, dentro e fora da comunidade.

Foi utilizado para compreender a dinâmica produtiva e comercial da comunidade e para revelar as principais fontes de renda, os custos de produção, os destinos da produção agrícola e as estratégias de comercialização. A análise evidenciou a centralidade das mulheres na gestão dos recursos familiares e na agregação de valor por meio da transformação de alimentos (ex: polpas de frutas).

A aplicação das técnicas do DRP reforçou a importância das agricultoras como agentes de conhecimento, planejamento e inovação local, e contribuiu para fortalecer a autoestima, o sentimento de pertencimento e o protagonismo dessas mulheres na construção de alternativas de desenvolvimento rural mais sustentáveis e equitativas.

Para a análise do DRP, dividiu-se a amostra em 2 grupos, o G1 e o G2.

Ao G1, da comunidade CP, foi aplicada a técnica a 23 mulheres. Vinte e duas mulheres filiadas da Associação Comunitária Filhas de Santa de Luzia (ACFSL), e a uma outra, diretora do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de São Benedito (STTRAAFMSB), no âmbito do Departamento das Mulheres. Integraram ainda este grupo, excecionalmente apenas para DRP, 3 agricultores filiados no sindicato acima referido.

A amostra do DRP do G2, comunidade de SESA, foi composta por 13 mulheres no total. Doze filiadas da Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro (ACSSESA) e uma, a diretora do Departamento de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar do Município de Ubajara (STTRAAFMU).

Para uma melhor compreensão deste ponto, pode visualizar-se na tabela 2, a distribuição dos métodos e técnicas utilizados, de acordo com as características da informação pretendida.

**Tabela 2. Sintetização das fontes de informação primária**

| <b>Respondentes</b>                                                       | <b>Técnica de Recolha de Dados</b>          | <b>Guião de Entrevista/Inquérito</b>                                                                      | <b>Total</b> |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Presidenta da Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia                | Entrevista formal                           | Questões abertas                                                                                          | 1            |
| Presidenta da Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro |                                             |                                                                                                           | 1            |
| Grupo 1 – Campo de Pouso                                                  | Questionário misto                          | Questões fechadas e Questões abertas                                                                      | 22           |
| Grupo 2– SESA                                                             |                                             |                                                                                                           | 12           |
| DRP – Grupo 1 – Campo de Pouso                                            | Técnicas do Diagnóstico Rural Participativo | Técnicas aplicadas:<br>Mapa Físico da Comunidade<br>Mapa Matriz das Espécies<br>Mapa de Fluxos Económicos | 23 M<br>+ 3H |
| DRP – Grupo 2 – SESA                                                      |                                             |                                                                                                           | 13M          |

Fonte: Elaboração própria, 2025.

### **4.3. Técnicas de Análise dos Dados**

A pesquisa ocorreu por meio de visitas de campo, ao longo de 6 meses, às duas comunidades objeto de estudo. Durante essas visitas, foram utilizadas algumas técnicas e ferramentas de análise da informação.

Os *inquéritos* foram efetuados pela própria, entre os meses de janeiro a março de 2025. Foi elaborado um formulário no *Google forms*, para otimizar a participação das

agricultoras. A realização das respostas ao inquérito, ocorreu tanto online como de forma física, com a presença da pesquisadora. O G1, na cidade de São Benedito, na comunidade do Campo do Pouso e o G2, na cidade de Ubajara, comunidade de Santo Elias/Santo Amaro. Para o tratamento dos dados quantitativos (questões fechadas) utilizou-se a estatística descritiva (frequências, médias, percentuais) e para o tratamento dos dados qualitativos (questões abertas) utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

As *entrevistas* foram igualmente efetuadas pela própria investigadora, nos meses de março a abril, no ano de 2025. Na Comunidade do CP em São Benedito, com a presidenta da Associação Filhas de Santa Luzia e, na Comunidade de SESA, em Ubajara, com a presidenta da Associação dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro. As entrevistas foram efetuadas com recurso a um gravador. Em um momento subsequente, as entrevistadas enviaram um feedback por meio do *WhatsApp* para complementar algumas dúvidas, ideias e realidades. Para o tratamento dos dados (questões abertas em profundidade) utilizou-se a técnica de análise de conteúdo das respostas, seguindo as etapas de pré-análise, codificação, categorização e interpretação.

Na aplicação do *Diagnóstico Rural Participativo*, a pesquisadora esteve na função de moderadora, desempenhando o papel de observadora-participante, cuja principal função não foi de instruir ou ensinar, e sim de escutar atentamente e aprender com as agricultoras.

As técnicas foram aplicadas no mês de março de 2025. O G1 na cidade de São Benedito, na comunidade do Campo do Pouso e o G2 na cidade de Ubajara, na comunidade de Santo Elias Santo Amaro.

Os dados qualitativos provenientes do DRP (grupos focais) foram organizados e analisados igualmente com base na técnica de análise de conteúdo e os dados quantitativos, por sua vez, foram sistematizados e analisados com o uso de estatística descritiva.

De acordo com o referido neste ponto, estamos agora em condições de apresentar a Tabela 3, que sintetiza os objetivos, a metodologia de investigação e as técnicas utilizadas.

Quanto às referências bibliográficas, recorreu-se a livros, artigos científicos, documentos institucionais e publicações especializadas, selecionadas conforme sua relevância para a temática e sua contribuição teórica para análise.

**Tabela 3. Sintetização dos Objetivos, Metodologia e Técnicas de Investigação.**

| <b>Objetivo Geral</b>                                                                                                                                                                                                            | <b>Objetivos Específicos</b>                                                        | <b>Metodologia e Técnicas</b>                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A. Analisar o papel das mulheres agricultoras da Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil, na promoção da soberania alimentar da agroecologia e do desenvolvimento territorial a partir de uma perspectiva de gênero | A1. Caracterizar a Macrorregião da Ibiapaba                                         | A1.1. Fontes secundárias: Material bibliográfico e estatístico.                                                                                        |
|                                                                                                                                                                                                                                  | A2. Observar o perfil das agricultoras                                              | A2.1. Fontes primárias: Inquérito misto. Tratamento de dados: Estatística descritiva. Análise de conteúdo.                                             |
|                                                                                                                                                                                                                                  | A3. Averiguar as práticas/experiências agroecológicas realizadas pelas agricultoras | A3.1. Fontes primárias: Inquérito misto, entrevistas e aplicação de técnicas do DRP. Tratamento de dados: Estatística descritiva. Análise de conteúdo. |
|                                                                                                                                                                                                                                  | A4. Avaliar a participação das agricultoras em organizações sociais e cooperativas  | A4.1 Fontes primárias: Inquérito misto, entrevistas e aplicação de técnicas do DRP. Tratamento de dados: Estatística descritiva. Análise de conteúdo   |

Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### **4.4. Considerações Éticas e Limitações do Estudo**

A presente dissertação foi conduzida em conformidade com os princípios éticos recomendados pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), que orienta pesquisas com seres humanos em ciências humanas e sociais. A participação das agricultoras foi voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido, com garantia de anonimato e confidencialidade das informações coletadas.

As participantes foram devidamente informadas sobre os objetivos, métodos e finalidades da pesquisa, bem como sobre os possíveis benefícios decorrentes da sistematização e visibilidade de suas experiências. Os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e para contribuir com o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento das práticas locais de agricultura sustentável.

Reconhece-se que esta pesquisa apresenta algumas limitações:

- Abrangência geográfica restrita a duas comunidades específicas (Campo de Pouso e Santa Elias/Santo Amaro), o que limita a generalização dos resultados para outros contextos rurais do Brasil.

- Tamanho amostral reduzido, considerando a profundidade da abordagem qualitativa, o que pode limitar inferências estatísticas mais amplas.
- Recursos e tempo limitados, que restringiram a possibilidade de realizar visitas contínuas de acompanhamento ou ações de retorno mais estruturadas às comunidades.
- Localização geográfica também se configura como fator limitante, por estar situada numa zona rural, há limitações de transportes públicos para as comunidades. Para além disso, os percursos entre Fortaleza e os locais em estudo (G1- São Benedito e G2 – Ubajara) são muito distantes (7 a 8 horas de Fortaleza a Macrorregião de Ibiapaba), demorando o mesmo tempo que o percurso entre Portugal e Fortaleza (Brasil).

No entanto, a aplicação de metodologias participativas e a profundidade das análises garantem a validade contextual dos dados e oferecem informações relevantes para políticas públicas e iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar com recorte de gênero.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PROFISSIONAIS DAS MULHERES AGRICULTORAS**

Relembre-se que para interpretar a presente informação, foram coletados os dados por meio de questionários semiestruturados, aplicados a 34 mulheres (G1 e G2), cujo tratamento quantitativo foi efetuado através de estatística descritiva e análise qualitativa complementar.

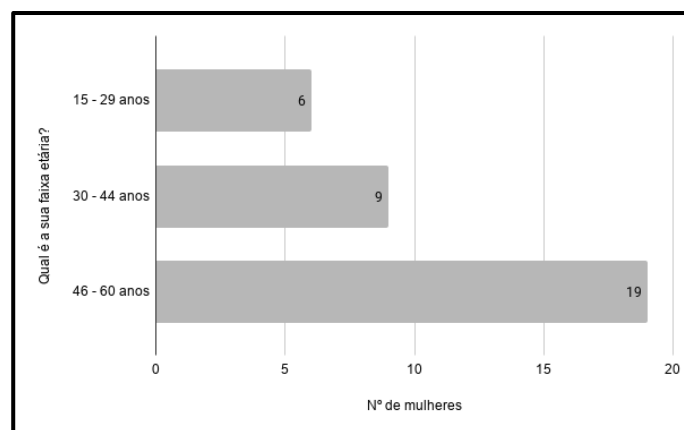
### **5.1. Perfil das Mulheres Agricultoras**

Estamos agora em condições de apresentar e analisar os dados sociodemográficos e profissionais das mulheres agricultoras que participaram do estudo, provenientes das comunidades de CP e SESA. No seu conjunto, a análise considera variáveis como idade, escolaridade, tempo de atuação na agricultura, tamanho das propriedades, entre outros indicadores, fundamentais para compreender a realidade social, produtiva e organizacional das mulheres, no contexto da agricultura familiar e agroecológica da Macrorregião da Ibiapaba.

#### **5.1.1. Faixa Etária das Participantes**

A distribuição etária das agricultoras inquiridas mostra uma predominância do grupo de 30 a 60 anos, representam 28 mulheres da amostra (figura 7). Esse dado sugere que a maior parte das mulheres envolvidas na agricultura possui uma experiência consolidada na atividade. Essa faixa etária também costuma concentrar a liderança comunitária e o protagonismo em cooperativas e associações (De Souza et al., 2017).

Por outro lado, a presença de uma minoria de jovens, entre 15 e 29 anos de idade, é um ponto promissor, pois aponta para a renovação geracional na agricultura familiar, que historicamente enfrenta desafios relacionados à sucessão rural e à permanência da juventude no campo. Esse aspecto tem sido destacado como um fator crítico para a sustentabilidade da agricultura familiar brasileira (Rodrigues & Sousa, 2018). Não foram identificadas participantes com mais de 60 anos, o que pode refletir desafios na permanência das agricultoras mais idosas no setor.



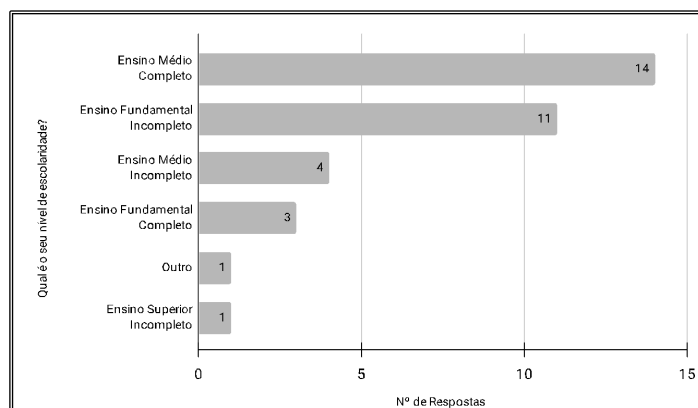
**Figura 7. Faixa Etária das Participantes.**

Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

### 5.1.2. Nível de Escolaridade

De acordo com a figura 8, a maioria das agricultoras inqueridas (14 mulheres) possui Ensino Médio completo, seguido por Ensino Fundamental incompleto (11 mulheres). Apenas uma pequena parcela possui Ensino Superior incompleto 1 mulher, e nenhuma participante declarou ter concluído o ensino superior. Isso reforça um dos principais desafios da educação no meio rural brasileiro: o acesso restrito ao ensino superior, especialmente entre mulheres de origem popular e residentes em áreas rurais.



**Figura 8. Nível de Escolaridade.**

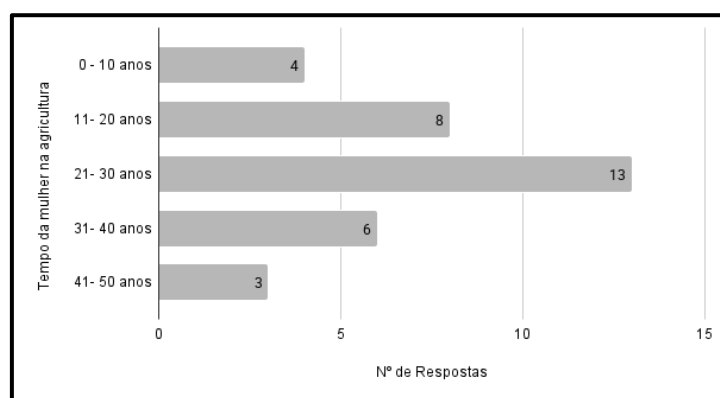
Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Além disso, pesquisas indicam que, mesmo com políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), as barreiras à permanência no ensino superior vão além das limitações econômicas, envolvendo também a adaptação à cultura acadêmica e à carga horária das instituições, que muitas vezes conflitam com as exigências da vida no campo (Honorato, 2013).

### 5.1.3. Tempo de Atuação das Mulheres na Agricultura

Esta é uma variável essencial para compreender o acúmulo de experiências e a permanência das famílias no campo ao longo das gerações (figura 9).



**Figura 9. Tempo da Mulher na Agricultura.**  
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

A análise dos dados revela uma diversidade significativa nos tempos de envolvimento com as atividades agrícolas. As participantes se distribuíram entre diferentes faixas de experiência, variando de 10 até 50 anos de atuação. Foram igualmente consideradas as suas experiências ainda na adolescência, tais como, ajudante e auxiliar dos pais agricultores.

O destaque foi para a faixa de atuação entre 21 a 30 anos de experiência, que correspondeu a 13 inquiridas, um dado que evidencia a presença de agricultoras com trajetória de vida inteiramente dedicada ao campo. As demais faixas de tempo apresentam uma distribuição relativamente equilibrada, somando 8 mulheres no total, distribuídas entre os intervalos de maior a menor tempo de atuação (0 a 30, 31 a 40, e 41 a 50 anos de atuação), reforçando

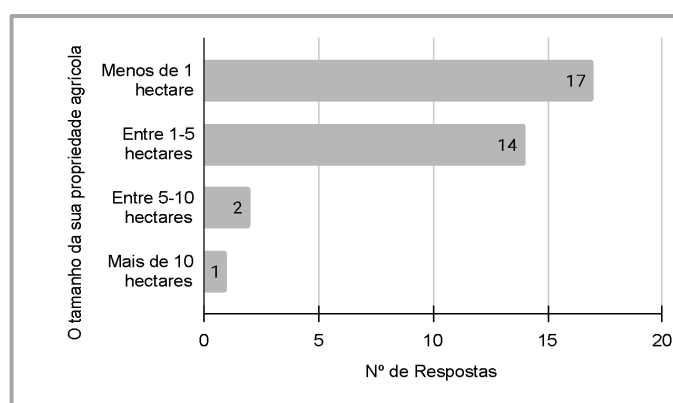
a heterogeneidade do grupo. Essa diversidade etária e de experiência é uma das fortalezas do grupo, pois:

- Permite a convivência entre gerações, favorecendo a transmissão de saberes e práticas tradicionais;
- Contribui para o enraizamento comunitário, com mulheres que vivem e trabalham há décadas em seus territórios;
- Revela a resiliência das agricultoras diante de adversidades climáticas, sociais e econômicas, sem abandonar suas práticas produtivas e de cuidado com a terra.

Essa análise indica que, longe de ser um espaço em declínio, a agricultura familiar na Ibiapaba se mantém dinâmica, intergeracional, produtiva, com papel central das mulheres na continuidade da vida rural e no fortalecimento das estratégias agroecológicas.

#### 5.1.4. Tamanho da Unidade Produtiva Familiar

Conforme se pode visualizar na figura 10, a predominância de propriedades com menos de 5 hectares, reflete uma característica marcante da agricultura familiar brasileira. Essa realidade evidencia a importância de políticas públicas específicas para pequenos produtores, que enfrentam limitações estruturais como o acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias apropriadas (Silva et al., 2020). Além disso, estudos mostram que em propriedades com área inferior a 1 hectare, a intensificação sustentável da produção e o uso eficiente dos recursos locais são estratégias essenciais para manter a viabilidade econômica e alimentar das famílias (Z. da F. Costa et al., 2014).



**Figura 10. Tamanho da Unidade Produtiva Familiar (UPF).**

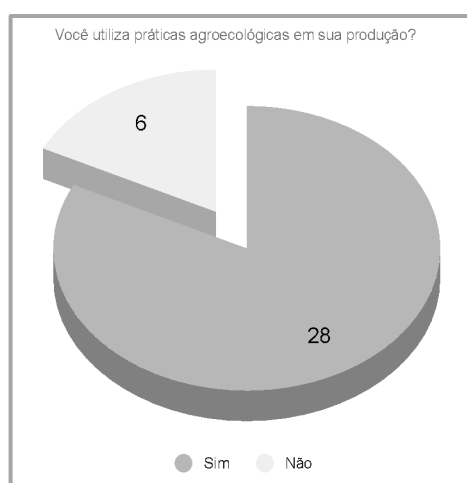
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

### 5.1.5. Práticas Agroecológicas e Sustentabilidade

Este ponto explora as práticas agroecológicas adotadas pelas agricultoras nas comunidades estudadas. Abordamos quais técnicas sustentáveis estão sendo implementadas, como o uso de adubos orgânicos, a preservação de sementes crioulas e o manejo sustentável da terra. Para além disso, analisamos a relação dessas práticas com a promoção da autonomia das mulheres e o impacto na produtividade e na conservação ambiental local.

A figura 11 indica que a adoção de práticas agroecológicas é uma realidade entre a maioria das participantes, com 28 mulheres afirmando utilizar tais práticas em suas atividades agrícolas, enquanto apenas 6 referiram não adotar práticas agroecológicas. O elevado número de adesão demonstra uma forte consciência ambiental e um movimento em direção a sistemas de produção mais sustentáveis.



**Figura 11. Utilização de Práticas Agroecológicas.**

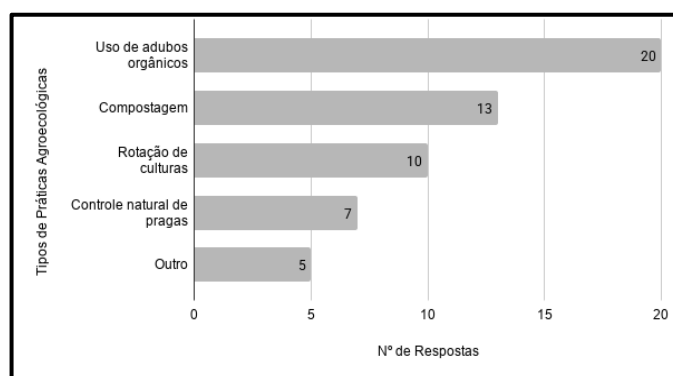
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

Os resultados estão em consonância com estudos conduzidos no semiárido cearense, como o de Vasconcelos (2013), que encontrou 100% de adoção da adubação orgânica e 90% de rejeição ao uso de agrotóxicos entre agricultores familiares do Assentamento Vista Alegre, demonstrando que tais práticas não apenas reduzem a dependência de insumos externos, mas também melhoram a fertilidade do solo e a sustentabilidade dos agroecossistemas.

A figura 12 detalha os tipos de práticas agroecológicas utilizadas pelas respondentes. Sendo uma questão de múltipla escolha, as agricultoras puderam selecionar mais de uma prática agroecológica por elas utilizada em suas atividades agrícolas. Por esse motivo, o total de respostas excede o número de 34 respostas. Destacaram 20 mulheres, que o uso de adubos orgânicos é a prática mais comum. A seguir, a compostagem é adotada por 13 mulheres, a rotação de culturas por 10, enquanto o controle natural de pragas, foi mencionado por 7. Esses resultados indicam que as agricultoras combinam diversas técnicas agroecológicas, demonstrando uma abordagem integrada e diversificada para promover a sustentabilidade em suas produções.

O estudo específico sobre os produtores da Ibiapaba, associados à Associação dos Produtores Orgânicos (APOI), evidenciou que a adoção de práticas orgânicas na região está fortemente associada à valorização da biodiversidade, respeito ao solo e organização coletiva, sendo uma estratégia economicamente viável e socialmente justa para os pequenos agricultores (Oliveira et al., 2008).



**Figura 12. Tipos de Práticas Agroecológicas Utilizadas.**

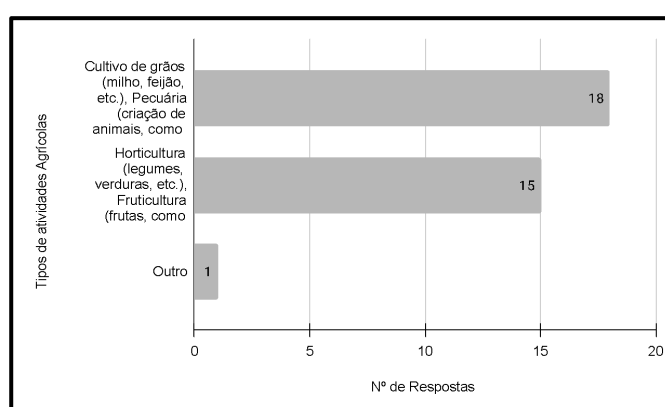
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

O uso de compostagem também se destaca como uma prática altamente difundida e eficiente. De acordo com um estudo na Bahia, Lima et al. (2008), demonstraram que a adoção de composto orgânico produzido a partir de resíduos recicláveis aumentou a produtividade das hortaliças e melhorou a saúde dos solos, evidenciando o impacto positivo da gestão de resíduos na agroecologia.

Tais práticas também estão diretamente ligadas à autonomia econômica das mulheres e à sustentabilidade ambiental. Em diversas experiências com mandalas agroecológicas, como relatado por Lima e Gamarra-Rojas (2018), observa-se que o protagonismo feminino em sistemas diversificados, favorece a segurança alimentar, o uso racional dos recursos e a preservação do conhecimento tradicional.

Relativamente à figura 13 referente às atividades agrícolas desenvolvidas pelas agricultoras, destacou-se a produção do cultivo de grãos e a pecuária (18 mulheres), seguindo-se a produção de hortícolas e a fruticultura (15 mulheres).



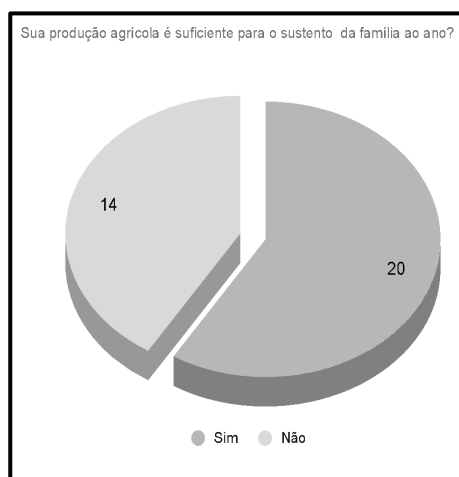
**Figura 13. Tipos de Atividades Agrícolas.**

**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

A ampla presença de cultivos como milho, feijão, hortaliças e frutas entre as respondentes, está em conformidade com a literatura, que reconhece a diversificação produtiva como uma estratégia-chave da agricultura familiar, especialmente no semiárido e na região Nordeste. Essa diversidade favorece a segurança alimentar e permite a produção para autoconsumo e comercialização, reduzindo riscos econômicos e climáticos (Menezes et al., 2019).

A maioria das inquiridas, 20 mulheres, afirmou que a produção agrícola é suficiente para o sustento de sua família, enquanto 14 mulheres declararam que a produção não é suficiente (figura 14). Este dado reforça o papel da agricultura familiar como base da subsistência rural, o que é amplamente reconhecido como função vital das pequenas unidades produtivas no Brasil rural (Netto, 2008).



**Figura 14. Produção Agrícola para o Sustento Familiar.**  
Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.  
Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### **5.1.6. Comercialização dos Produtos Agrícolas e Principais Desafios Apontados**

Neste ponto, discutem-se os canais de comercialização dos produtos agrícolas, destacando de que forma esses espaços contribuem para o fortalecimento da autonomia econômica e social das agricultoras

A grande maioria das agricultoras, 29, afirmou comercializar os produtos provenientes da sua produção agrícola (figura 15), o que indica que a produção agrícola desempenha, para além de papel de subsistência, uma função importante na geração de renda para essas agricultoras.

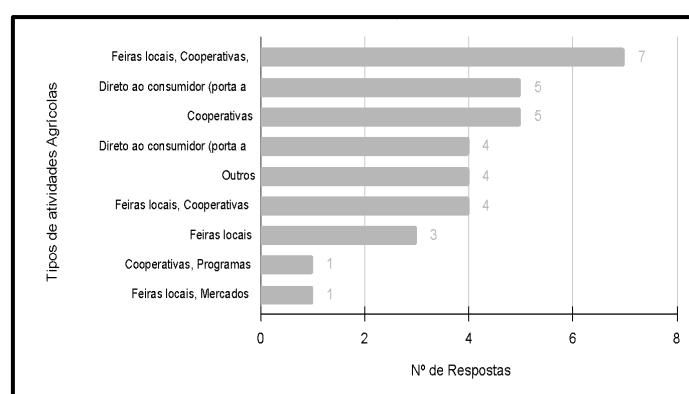


**Figura 15. Comercialização dos Produtos Agrícolas.**  
Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.  
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Essa comercialização ocorre maioritariamente por meio de circuitos curtos como feiras, vendas diretas e programas governamentais (PAA e PNAE), o que está em sintonia com pesquisas que destacam esses canais como os mais acessíveis e vantajosos para pequenos produtores rurais (Sulzbacher & Neumann, 2011).

Os referidos canais de comercialização favorecem maior autonomia para as mulheres agricultoras, valorizam o contato direto com os consumidores e possibilitam melhores margens de lucro ao eliminar intermediários (Jandrey et al., 2018).

Os principais canais de comercialização (Figura 16) utilizados pelas agricultoras (7) são as feiras locais, através das cooperativas. Isto reflete uma tendência nacional de organização coletiva entre agricultores familiares, visando a padronização de produtos, aumento da escala de produção e melhoria do poder de negociação com o mercado (Rosa et al., 2008).

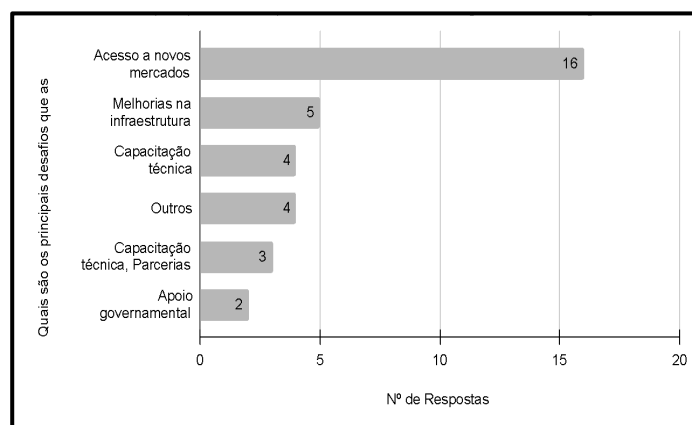


**Figura 16. Principais Canais de Comercialização.**

**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

A Figura 17 revela os principais desafios enfrentados nos canais de comercialização, pelas mulheres agricultoras participantes do estudo. Assim, 16 mulheres destacaram o acesso a novos mercados como uma barreira significativa, seguindo-se a melhoria na infraestrutura, referida por 5 mulheres.



**Figura 17. Principais Desafios Percebidos pelas Agricultoras da Região.**  
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

Os resultados indicam que, apesar de reconhecerem a importância das práticas agroecológicas, as participantes enfrentam limitações estruturais para comercializar seus produtos e adquirir conhecimentos técnicos especializados. A alta prioridade atribuída ao acesso a mercados sugere que a autonomia econômica está diretamente ligada à capacidade de inserção em cadeias produtivas mais amplas. Estudos mostram que a capacitação aumenta a chance de acesso a mercados certificados e favorece práticas sustentáveis (Castro Souza & Neto, 2010).

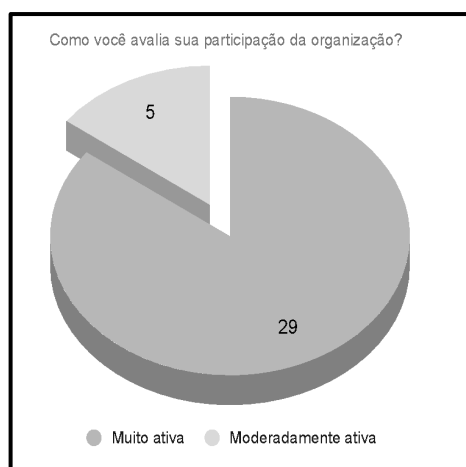
#### **5.1.7. Nível de Envolvimento das Mulheres em Organizações**

O total de mulheres inquiridas (34) declarou ser associada a cooperativas ou associações agrícolas locais. Esse dado destaca a relevância dessas organizações como espaços de articulação coletiva e apoio mútuo, especialmente em regiões onde a agricultura familiar é predominante. Um estudo nacional identificou que essas cooperativas são importantes mediadoras na organização produtiva e no fortalecimento do capital social dos seus membros (Zanco et al., 2018).

Essa adesão massiva reforça a ideia de que as organizações são pilares fundamentais para o acesso a recursos, a conhecimentos técnicos e a mercados. Além disso, reflete uma estratégia coletiva para superar desafios individuais, como a falta de autonomia financeira.

Experiências agroecológicas no semiárido baiano demonstraram que a sistematização do conhecimento local, promovida por metodologias participativas, fortalece a identidade comunitária e o papel das agricultoras como lideranças locais, reforçando sua atuação política e sua inserção em redes de cooperação regional (Curado et al., 2014).

A Figura 18 apresenta a auto avaliação das participantes sobre seu nível de envolvimento nas cooperativas ou associações às quais pertencem. As respondentes avaliam positiva e ativa a participação nas cooperativas e associações. De facto, 29 mulheres se classificaram como “muito ativas”, e 5 mulheres se consideram “moderadamente ativas”. Não houve relatos de participação “pouca ativas” ou “ausentes”. Essa homogeneidade nos dados pode refletir um comprometimento genuíno com as causas coletivas ou, alternativamente, um viés social de resposta positiva.



**Figura 18. Avaliação das Participantes.**

**Nota.** n = 34; nr = 0, G1 e G2.

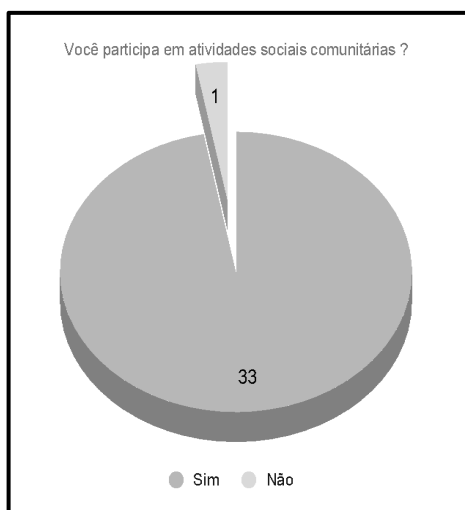
**Fonte:** Elaboração própria, 2025.

Os resultados reforçam a ideia de que as mulheres agricultoras, não apenas assumem diversos papéis nas organizações, mas também assumem papéis proativos dentro delas, o que pode estar associado a processos de empoderamento político e econômico. De acordo com Kamutali et al. (2020) esse envolvimento está diretamente relacionado à sua inserção em processos decisórios e ao desenvolvimento de lideranças comunitárias.

#### 5.1.7.1. Empoderamento e Participação Política no Feminino

Neste ponto destaca-se a participação das respondentes em espaços políticos, cooperativas e movimentos sociais.

A Figura 19 revela que 33 mulheres afirmaram participar de atividades sociais em suas comunidades. Esse resultado sugere um alto grau de integração coletiva, possivelmente relacionado à necessidade de cooperação para práticas agroecológicas, correspondendo ao aumento da produção agrícola, comercialização, e ao fortalecimento de redes de apoio mútuo. A universalidade das respostas positivas pode indicar que as atividades sociais são vistas como parte essencial da vida comunitária, contribuindo para o empoderamento político e social das mulheres agricultoras.



**Figura 19. Participação em Atividades Sociais Comunitárias.**  
**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

Analisa as aspirações das agricultoras em termos de expansão de suas práticas e participação em redes de apoio, para além de suas perspectivas sobre a continuidade do movimento agroecológico e o papel das mulheres na agricultura sustentável. Diversos estudos científicos corroboram as percepções das mulheres agricultoras sobre o futuro da agroecologia e do empoderamento rural, destacando a importância do acesso a mercados, ao apoio técnico, à inclusão de jovens e às redes de comercialização.

Um estudo sobre o impacto do PRONAF no Espírito Santo mostra que o acesso ao crédito contribui para a autonomia econômica de mulheres agricultoras, mas o empoderamento político só ocorre plenamente quando as mulheres também controlam as decisões produtivas. De facto, mulheres sem companheiros ou com independência na gestão da renda, apresentaram maior empoderamento político e social (Silva et al., 2020).

A Figura 20 mostra que 30 respondentes confirmam a existência de grupos de mulheres em suas comunidades e relataram participar ativamente desses grupos. Embora a presença de espaços exclusivos para mulheres seja universal, a participação parcial sugere que fatores como sobrecarga de trabalho doméstico, barreiras culturais ou prioridades familiares podem limitar o seu engajamento. Isso evidencia um potencial para ampliar a representatividade feminina em espaços de decisão local.

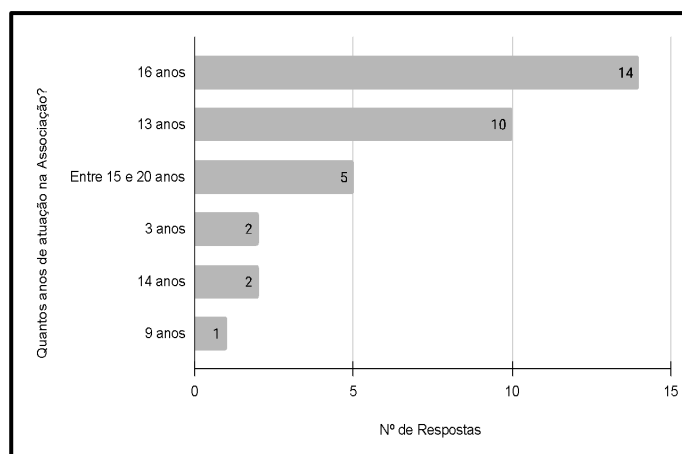
Mulheres participantes de associações no litoral do Ceará relataram que a inserção em espaços coletivos e políticos possibilitou uma ruptura com o espaço privado e a construção de novos significados para sua participação social, evidenciando a interdependência entre empoderamento e agroecologia (L. R. Lima & Osterne, 2016).



**Figura 20. Experiência e Participação em Grupos de Mulheres nas Comunidades.**  
**Nota.** n = 34; nr = 0, G1 e G2.  
**Fonte:** Elaboração própria, 2025.

A Figura 21 apresenta dados referentes à trajetória das mulheres na associação, com base em 34 respostas provenientes dos dois grupos de organizações distintas. Dentre as 34 respondentes, destaca-se que 14 mulheres participam em associações há 16 anos, evidenciando uma presença contínua e consolidada ao longo do tempo. Este dado revela

não apenas o forte vínculo destas mulheres com as organizações, mas também sugere estabilidade e possível acúmulo de experiência e conhecimento no contexto do associativismo.



**Figura 21. Tempo de atuação em associação.**

**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

De salientar que 10 mulheres estiveram presentes na associação num período alargado de 13 anos. É ainda de relevar que 5 mulheres permaneceram vinculadas a associações no período entre 15 e 20 anos. Essas mulheres em sua maioria integram a diretoria ou atuam como sócias ativas de associações, demonstrando níveis diferenciados de envolvimento, responsabilidade e liderança.

#### **5.1.7.2. Benefícios do Empoderamento no Cotidiano**

Para além da focagem sobre o empoderamento feminino na sua vida quotidiana, foram abordados os principais desafios e limitações enfrentados pelas próprias, tanto no âmbito das práticas agroecológicas como no acesso a recursos e políticas públicas. Questões como a discriminação de gênero, a falta de acesso a crédito rural e a escassez de apoio técnico, foram abordadas à luz dos dados coletados durante o trabalho de campo.

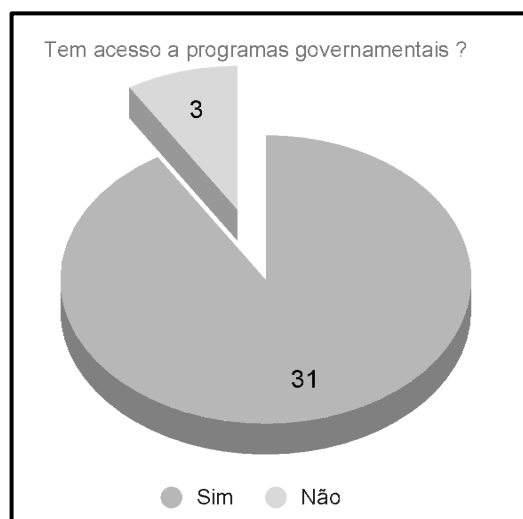
Mesmo quando organizadas em cooperativas, as mulheres enfrentam dificuldades logísticas, burocráticas e de comercialização direta, o que limita o alcance de seus produtos e renda (Gastal et al., 2014). Esses factos corroboram a discussão do ponto 6.9, indicando que, apesar do empoderamento técnico e organizacional, persistem barreiras

estruturais que limitam a autonomia econômica e a sustentabilidade das atividades agrícolas. A priorização do acesso a mercados sugere que a comercialização de produtos é uma fronteira ainda não superada, mesmo com avanços em outras áreas.

Quanto aos impactos do empoderamento das mulheres na vida cotidiana, tanto em termos de melhorias na qualidade de vida quanto no fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Foram visualizadas neste contexto, mudanças no padrão de autonomia financeira, na autoestima e na capacidade de enfrentar desafios, bem como o papel das mulheres como líderes em suas comunidades.

De acordo com o acima referido (figura 18), 29 participantes se auto identificaram como agricultoras ativas. Esse resultado reforça a narrativa sobre os benefícios do empoderamento, evidenciando uma percepção positiva de si mesmas como agentes produtivas e protagonistas de suas realidades. O resultado pode refletir tanto um processo real de reconhecimento profissional quanto um viés cultural de valorização do trabalho agrícola feminino nas comunidades estudadas.

Da figura 22 salienta-se que 31 mulheres declararam ter acesso a programas governamentais voltados para agricultoras. Esse resultado evidencia uma ampla cobertura dessas políticas públicas entre as participantes, sugerindo um alcance significativo das ações governamentais junto ao público feminino rural.



**Figura 22. Acesso a Programas Governamentais para Agricultoras.**

**Nota. n = 34; nr = 0, G1 e G2.**

**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

Constata-se que nas práticas agroecológicas um número elevado de agricultoras (20) respondeu que já utiliza adubos orgânicos e 12 compostagem (Figura 12), e muitas indicaram o desejo de aprimorar essas práticas por meio de capacitações técnicas.

#### **5.1.8. O Papel dos Programas e Políticas Públicas para as Agricultoras e Gerações Futuras**

A relação entre empoderamento e suporte institucional foi um tema recorrente. Apesar de 31 participantes ter acesso a programas governamentais (Figura 22), muitas criticaram a falta de continuidade e de adequação das iniciativas às suas realidades. Algumas sugestões incluíram:

- Capacitação técnica regular sobre práticas agroecológicas e gestão de negócios rurais.
- Incentivos fiscais ou subsídios para aquisição de equipamentos sustentáveis (e.g. sistemas de irrigação).
- Fortalecimento de cooperativas e associações para ampliar o poder negocial e reduzir custos de produção.

As entrevistadas também enfatizaram a importância de políticas específicas para mulheres agricultoras, como cotas em programas de crédito e participação em conselhos deliberativos de políticas agrícolas. No entanto, estudos mostram que políticas públicas como o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ainda são incipientes em várias regiões, comprometendo a articulação produtiva e o acesso a mercados diferenciados, mesmo quando programas como o PNAE estão ativos (Fanin et al., 2023).

O incentivo à permanência de jovens mulheres na agricultura requer um esforço conjunto de formação técnica, infraestrutura digital e acesso ao crédito com perspectiva de gênero. A experiência do Programa São José (já abordado neste trabalho) e outros programas estaduais como o financiamento de agroindústrias femininas pode transformar realidades, mas seu sucesso depende do apoio institucional contínuo (Sousa et al., 2019).

O Anexo 3 ilustra o nível de envolvimento das mulheres agricultoras nas associações, nas unidades de produção de polpa de frutas, no empoderamento feminino e na sua contribuição para a aplicação e construção das técnicas de DRP, que veremos de seguida.

## **6. APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO POUSO E SANTA ELIAS/SANTO AMARO**

Iremos agora abordar os procedimentos de aplicação das técnicas de DRP nas Comunidades do CP e SESA. Com foco na análise das técnicas aplicadas e dos resultados obtidos, pretendemos compreender de que forma a metodologia do DRP contribuiu para identificar as potencialidades locais, bem como os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras e ainda as estratégias de fortalecimento comunitário. ANEXO ER

Como referido na metodologia, fizemos a divisão geográfica das comunidades, em 2 grupos, o G1, referente ao grupo da comunidade do CP em São Benedito, e o G2, correspondente ao grupo da comunidade de SESA em Ubajara.

Para cada grupo aplicaram-se as seguintes técnicas:

- Mapa Físico da Comunidade, simbolizando o desenho das potencialidades existentes em ambas as comunidades.
- Mapa Matriz das espécies, com a sistematização e caracterização da biodiversidade local, identificadas pelas agricultoras e jovens participantes.
- Mapa de Fluxos Econômicos, com o mapeamento referente às fontes e circulação dos recursos financeiros, bens e serviços dentro do território.

Com ambos os grupos, as atividades foram iniciadas pela investigadora, com uma introdução sobre os princípios das metodologias participativas, destacando-se o papel ativo das participantes na construção coletiva do conhecimento. Essa etapa foi fundamental para o fortalecimento do protagonismo feminino no processo de sistematização de dados, que serviram de base empírica para a presente dissertação.

### **6.1. Aplicação das Técnicas de Diagnóstico Rural Participativo**

Em primeiro lugar apresentam-se as técnicas aplicadas no Campo de Pouso, cidade de São Benedito.

### 6.1.1. Campo do Pousio

Este grupo de participantes das técnicas do DRP é composto por 23 mulheres e excepcionalmente por 3 agricultores (ver metodologia) da comunidade e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Benedito. Todas as 23 mulheres são filiadas da Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia, criada em 31 de julho de 2009, no município de São Benedito (Serra da Ibiapaba). A referida associação atua como um espaço de desenvolvimento social e económico na comunidade.

#### 1.A. Mapa Físico da Comunidade

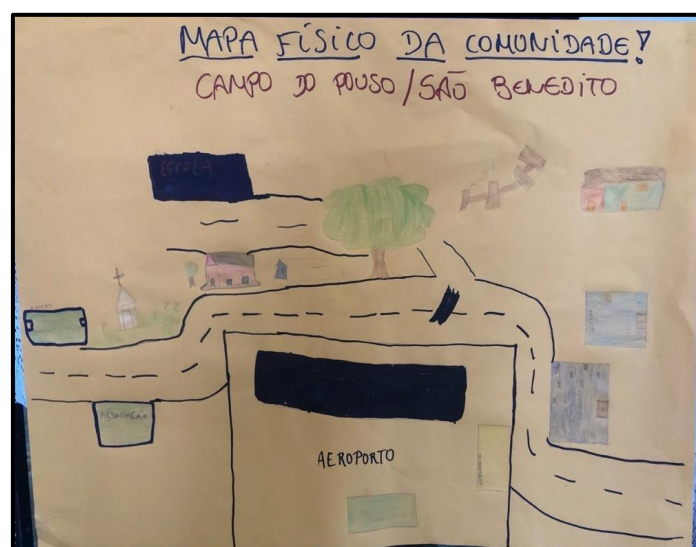
Esta atividade teve como objetivo identificar e representar graficamente os elementos físicos, sociais e produtivos do território, segundo a percepção e experiência cotidiana das/os próprias/os moradoras/es (Figura 23).



Figura 23. Construção coletiva do mapa físico do G1.  
Fonte: Elaboração própria, 2025.

No âmbito da aplicação das técnicas, procedeu-se à elaboração de uma distribuição estruturada, a qual serviu de base para a organização e o desenvolvimento das atividades. Durante esta ação, as/os participantes desenharam coletivamente um esboço do território (Figura 24), destacando os recursos e estruturas de relevância local, como:

- Aeroporto de pequeno porte, apontado como um possível vetor de desenvolvimento local, com potencial para impulsionar o turismo rural e melhorar a logística de escoamento da produção agrícola;
- Unidades de processamento de polpas de frutas e panificação, iniciativas organizadas por mulheres, com importante função na agregação de valor à produção e geração de renda;
- Áreas coletivas de cultivo, hortas agroecológicas e quintais produtivos, espaços que ilustram a adoção crescente de práticas sustentáveis na agricultura local;
- Escola, igrejas, comércio local e sede da associação e da cooperativa, que compõem o tecido institucional e cultural da comunidade.



**Figura 24. Mapa Físico do G1.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

A construção do mapa físico permitiu a visualização conjunta da configuração espacial da comunidade, dos seus ativos, limitações e das relações de uso e apropriação do território. O exercício reforçou a percepção do grupo sobre a importância da produção orgânica, das práticas agroecológicas e do papel central das mulheres na preservação ambiental e articulação de estratégias comunitárias de desenvolvimento. Além disso, a técnica funcionou como um espaço pedagógico de reflexão coletiva sobre as potencialidades e os desafios do território, fortalecendo a capacidade de planejamento autônomo das mulheres e demais moradores.

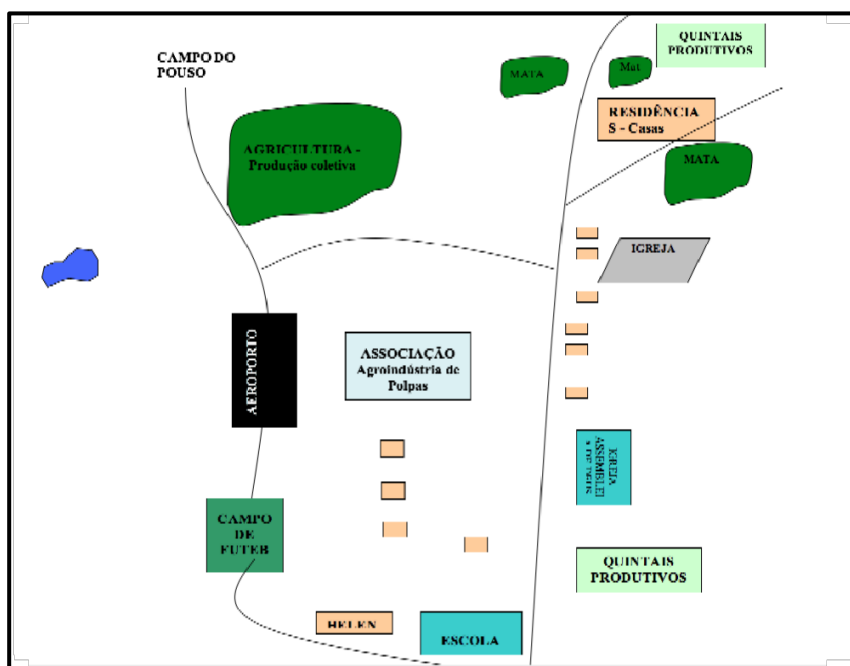


Figura 25. Esboço do Mapa Físico do G1.  
Fonte: Elaboração própria, 2025.

### **I.B. Matriz das Espécies**

A Matriz das Espécies foi igualmente elaborada por meio de uma atividade participativa com a presença das agricultoras e agricultores, tendo como objetivo identificar, classificar e valorizar os conhecimentos locais sobre a biodiversidade vegetal da região.

A construção da matriz se deu coletivamente, por meio de rodas de conversa e debate horizontal, e resultou em um quadro expositivo contendo as espécies de árvores nativas e cultivadas, com base no conhecimento tradicional das moradoras. As participantes organizaram a divisão das espécies, conforme tabela 4, segundo suas funções práticas no cotidiano da comunidade, contemplando as seguintes categorias:

- Lenha e madeira: para uso doméstico e construção;
- Uso medicinal: plantas utilizadas em infusões, banhos ou pomadas;
- Alimentação: frutas, raízes, folhas ou sementes comestíveis;
- Adubação verde: espécies utilizadas para enriquecer o solo;
- Artesanato: plantas com uso em fibras, pigmentos ou utensílios;
- Atratividade ecológica: como floração para polinizadores e proteção de nascentes.

**Tabela 4. Matriz das Espécies – G1.**

| MATRIZ DAS ESPÉCIES – COMUNIDADE CAMPO DO POUSO, SÃO BENEDITO-CEARÁ, BRASIL |          |         |        |          |            |            |          |        |
|-----------------------------------------------------------------------------|----------|---------|--------|----------|------------|------------|----------|--------|
| Espécies                                                                    | Alimento | Madeira | Sombra | Melífera | Paisagismo | Artesanato | Medicina | Polpas |
| Bat. Doce                                                                   | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | SIM      | NÃO    |
| Feijão                                                                      | SIM      | NÃO     | SIM    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | NÃO      | NÃO    |
| Milho                                                                       | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | SIM        | SIM        | NÃO      | NÃO    |
| Mandioca                                                                    | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | NÃO      | NÃO    |
| Hortaliças<br>(alface,<br>coentro,<br>pimentinha,<br>pimentão e<br>tomate)  | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | NÃO        | NÃO        | NÃO      | NÃO    |
| Maracujá                                                                    | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Acerola                                                                     | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Goiaba                                                                      | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Manga                                                                       | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Limão                                                                       | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | NÃO    |
| Abacate                                                                     | SIM      | SIM     | SIM    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Banana                                                                      | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | SIM        | SIM      | NÃO    |
| Graviola                                                                    | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | NÃO      | SIM    |
| Jaca                                                                        | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | NÃO        | NÃO        | NÃO      | SIM    |
| Laranja                                                                     | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | NÃO    |
| Tangerina                                                                   | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM      | SIM    |
| Cenoura                                                                     | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | NÃO      | NÃO    |
| Sabiá                                                                       | NÃO      | SIM     | SIM    | NÃO      | SIM        | SIM        | SIM      | NÃO    |

Fonte: Elaboração própria com base em oficina participativa, 2025.

Adicionalmente, o G1 indicou a época de floração/frutificação e os nomes populares das plantas, o que reforçou a valorização dos saberes tradicionais e do vocabulário local, um aspecto essencial para o reconhecimento cultural da relação entre a comunidade e seu território.

A técnica permitiu:

- Identificar espécies de grande valor socioambiental, como a jurema, o ipê, a aroeira e a moringa;
- Mapear práticas de manejo tradicional integradas na agricultura familiar;
- Estimular o diálogo intergeracional entre idosos, jovens e mulheres da comunidade.

A sistematização das informações contidas na matriz será um instrumento útil para o planejamento de ações de conservação da agrobiodiversidade, servindo como base para iniciativas de reflorestamento comunitário, manejo sustentável e valorização de produtos nativos.

### I.C. Mapa de Fluxos Econômicos

Dando continuidade à aplicação das ferramentas do DRP, foi desenvolvida, junto ao mesmo grupo, o Mapa de Fluxos Econômicos (Figura 26). Essa atividade teve como objetivo representar visualmente as inter-relações entre os elementos do sistema produtivo, organizacional e econômico da comunidade, com base na percepção e vivência dos próprios moradores.



Figura 26. Esboço e mapa de fluxos econômicos do G1  
Fonte: Construção coletiva, 2025.

A dinâmica possibilitou a identificação das principais fontes de geração e circulação de renda, distinguindo fluxos internos e externos ao território, além de revelar os agentes e instituições envolvidos na dinâmica econômica local. Os principais pontos destacados pelas participantes foram:

#### 1. Comercialização de produtos da agroindústria comunitária

A principal fonte de renda da comunidade decorre da produção e venda de itens processados na agroindústria local, especialmente polpas de frutas, sucos, bolos e biscoitos. Esses produtos são comercializados por meio de programas governamentais de compras institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comércios locais, feiras e redes de economia solidária. O protagonismo das mulheres nesse processo evidencia seu papel central na geração de valor e dinamização econômica do território.

2. Produção agrícola familiar e quintais produtivos

A segunda fonte de renda provém das lavouras e quintais agroecológicos, com cultivo de milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutíferas. Parte da produção é destinada ao consumo doméstico, fortalecendo a segurança alimentar, enquanto o excedente é vendido no comércio local, na Central de Abastecimento do Ceará (CEASA/CE) e para a própria agroindústria comunitária, que absorve a produção frutífera regional, gerando encadeamentos produtivos internos.

3. Transferências de programas sociais

Os programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família” e o “Auxílio Brasil”, foram reconhecidos como fontes de suporte financeiro, especialmente relevantes para as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica, representando uma camada de estabilidade e consumo essencial em períodos de baixa produtividade agrícola.

4. Aposentadorias rurais

A aposentadoria por idade no meio rural, especialmente entre mulheres agricultoras (a partir dos 55 anos), foi apontada como uma renda recorrente e segura em muitas famílias. Esse benefício do sistema de seguridade social brasileiro reforça a autonomia das mulheres idosas e contribui para o sustento de suas famílias, inclusive em lares multigeracionais.

5. Atividades empreendedoras e serviços locais

Por fim, foram destacadas atividades autônomas e de pequeno porte realizadas por moradoras da comunidade, como artesanato, panificação, costura e comércio informal. Essas iniciativas complementam a renda familiar e fortalecem as redes locais de trocas econômicas e de apoio mútuo.

A elaboração do Mapa de Fluxos Econômicos permitiu visualizar os ciclos produtivos e de circulação de recursos financeiros, além de estimular reflexões sobre as fragilidades e oportunidades econômicas locais. O exercício reforçou o papel das mulheres como protagonistas na sustentabilidade econômica da comunidade, bem como a importância da diversificação das fontes de renda para a resiliência dos sistemas produtivos familiares.

Apresentam-se agora as técnicas aplicadas em Santo Elias/Santo Amaro, Ubajara.

### 6.1.2. Santo Elias/Santo Amaro

O segundo grupo participante é composto por mulheres da Associação Comunitária dos Sítios de Santo Elias/Santo Amaro. A associação foi criada em 30 de junho de 2005 e atua como espaço de articulação política, produtiva e solidária das mulheres agricultoras da região.

A aplicação das técnicas do DRP contou com a presença de 12 mulheres associadas, além de 1 Secretária de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ubajara, totalizando a participação de 13 mulheres.

#### II.A. Mapa Físico Participativo

Na comunidade de SESA, a aplicação da técnica do Mapa Físico Participativo (Figura 27), foi igualmente elaborada de forma colaborativa com base na percepção territorial das mulheres da comunidade. O objetivo central da atividade foi representar graficamente os elementos físicos, produtivos e sociais do território, promovendo uma reflexão coletiva sobre os usos do espaço, os recursos disponíveis e os principais desafios enfrentados.



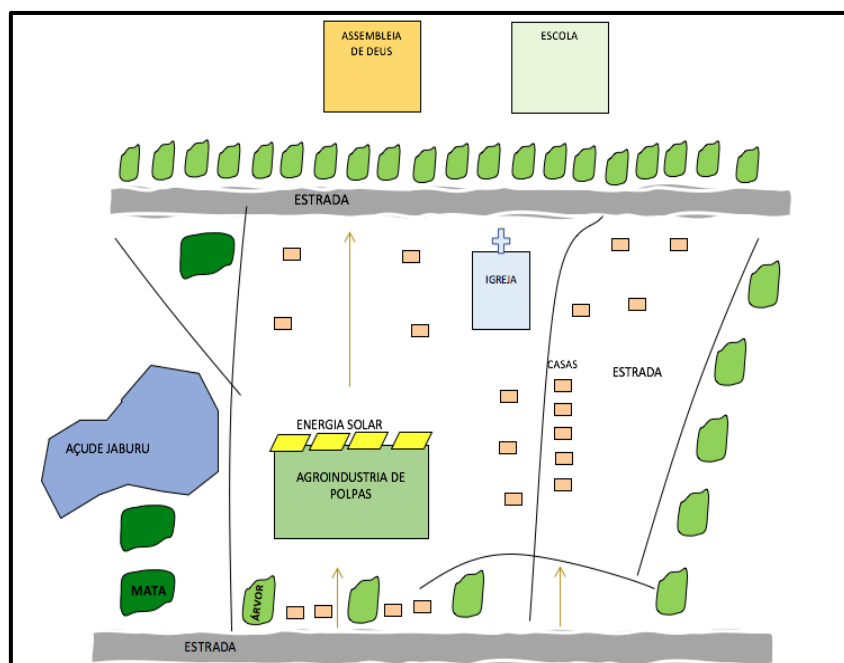
Figura 27. Mapa Físico do G2.  
Fonte: Construção coletiva, 2025.

A construção do mapa permitiu visualizar:

- A organização espacial da comunidade;
- Os equipamentos sociais e serviços públicos;
- As zonas de cultivo e áreas produtivas;
- As áreas de preservação ambiental;
- Os limites territoriais e problemas identificados pelas participantes.

Na Figura 28 estão destacados os principais elementos registados no mapa físico da comunidade:

- Unidade de processamento de polpas de frutas (Fábrica de Polpas), central na economia local, liderada por mulheres;
- Igrejas: locais de referência religiosa e comunitária;
- Escola comunitária: equipamento educacional essencial para a juventude rural;
- Campo de futebol: espaço de lazer e interação social;
- Áreas de produção agrícola: com destaque para milho, feijão, mandioca e hortaliças;
- Área de proteção ambiental: com vegetação nativa e uso restrito;



**Figura 28. Esboço do Mapa Físico do G2.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2025.**

- Parque Nacional de Ubajara: unidade de conservação que influencia diretamente as dinâmicas ambientais e sociais da comunidade;
- Açude Jaburu: principal fonte de abastecimento hídrico local;
- Sede da Associação Comunitária: espaço de organização, planejamento e formação das mulheres.

Dentre as principais iniciativas destacadas, está o empreendimento da Fábrica de Polpas de Frutas, instalado na comunidade, com o apoio de um programa do Governo do Estado do Ceará. Este empreendimento tem contribuído significativamente para a geração de trabalho e renda, promovendo a autonomia econômica das mulheres e fortalecendo o tecido socioeconômico local por meio de um modelo de produção solidária, sustentável e enraizado no território.

A atividade demonstrou o forte vínculo das agricultoras com o território e evidenciou a importância de iniciativas locais na construção de um modelo de desenvolvimento que considera o equilíbrio entre produção, conservação e justiça social. O mapa físico também reforçou o papel da associação como mediadora entre o território, as políticas públicas e a valorização do trabalho feminino.

### **II.B. Matriz das Espécies**

Dando continuidade à aplicação das técnicas foi desenvolvida na comunidade de SESA, a construção coletiva da Matriz das Espécies (Tabela 5). A atividade teve como objetivo mapear os recursos vegetais locais, especialmente aqueles presentes nos quintais produtivos e áreas de cultivo das mulheres agricultoras, com ênfase em espécies nativas, frutíferas, medicinais e de uso múltiplo.

**Tabela 5. Técnica Matriz das espécies- G2.**

| MATRIZ DAS ESPÉCIES – COMUNIDADE SANTA ELIAS E SANTO AMARO, UBAJARA-CEARÁ, BRASIL |          |         |        |          |            |            |                   |        |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------|---------|--------|----------|------------|------------|-------------------|--------|
| Espécies                                                                          | Alimento | Madeira | Sombra | Melífera | Paisagismo | Artesanato | Medicina          | Polpas |
| Manga                                                                             | SIM      | NÃO     | SIM    | NÃO      | SIM        | NÃO        | NÃO               | SIM    |
| Acerola                                                                           | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM (Pré Diabete) | SIM    |
| Goiaba                                                                            | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | NÃO        | NÃO        | SIM               | SIM    |
| Maracujá                                                                          | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM               | SIM    |
| Banana                                                                            | SIM      | NÃO     | SIM    | NÃO      | SIM        | SIM        | SIM               | NÃO    |
| Abacate                                                                           | SIM      | SIM     | SIM    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Laranja                                                                           | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Limão                                                                             | SIM      | NÃO     | SIM    | SIM      | SIM        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Coco                                                                              | SIM      | SIM     | SIM    | NÃO      | SIM        | SIM        | SIM               | NÃO    |
| Jaca                                                                              | SIM      | SIM     | SIM    | NÃO      | SIM        | SIM        | NÃO               | NÃO    |
| Jabuticaba                                                                        | SIM      | NÃO     | SIM    | NÃO      | SIM        | NÃO        | NÃO               | NÃO    |
| Mamão                                                                             | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | NÃO        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Feijão                                                                            | SIM      | NÃO     | NÃO    | SIM      | NÃO        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Milho                                                                             | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | SIM        | NÃO        | NÃO               | NÃO    |
| Mandioca                                                                          | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | NÃO               | NÃO    |
| Batata                                                                            | SIM      | NÃO     | NÃO    | NÃO      | NÃO        | NÃO        | SIM               | NÃO    |
| Murici                                                                            | SIM      | SIM     | SIM    | SIM      | SIM        | SIM        | SIM               | SIM    |

Fonte: Elaboração própria com base em oficina participativa, 2025.

A dinâmica ocorreu por meio da elaboração de um quadro expositivo (Figura 29), construído com a participação ativa das mulheres da associação, que classificaram as árvores com base em seus usos cotidianos e conhecimentos tradicionais. A sistematização seguiu as seguintes categorias funcionais:

- Lenha e madeira: espécies utilizadas para cozinhar, construir ou cercar;
- Uso medicinal: plantas reconhecidas por propriedades terapêuticas;
- Alimentação: frutas, folhas e sementes consumidas pelas famílias;
- Adubação verde: vegetação usada para enriquecer o solo;
- Produção artesanal: plantas utilizadas na confecção de utensílios, tinturas ou produtos culturais;
- Atividade ecológica: flora que contribui para a biodiversidade, como atrativo de polinizadores e controle natural de pragas.

Matriz das Espécies da Comunidade Santa Clara e Santo Amaro

DRP-DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

Comunidade Santa Clara  
Santo Amaro - Ubatuba - CE /  
BRASIL

MATRIZ DAS ESPÉCIES (MAPA)

| ESPÉCIES   | ALIMENTO | MADEIRA | SOMBRA | MELÍFERO | PAISAGISMO | ARTE SANATO | MEDICINAL                    | POLPAS<br>Pescado |
|------------|----------|---------|--------|----------|------------|-------------|------------------------------|-------------------|
| MANGA      | X        | —       | X      | —        | X          | —           | —                            | X                 |
| ACEROLA    | X        | —       | X      | X        | X          | —           | X (Pouco usado<br>ou toalha) | X                 |
| GOIABA     | X        | X       | X      | X        | —          | —           | X                            | X                 |
| MARACUJÁ   | X        | —       | —      | X        | X          | —           | X                            | X                 |
| BANANA     | X        | —       | X      | —        | X          | X           | X                            | —                 |
| ABACATE    | X        | X       | X      | —        | —          | —           | X                            | —                 |
| LARANJEIRA | X        | —       | X      | X        | X          | —           | X                            | —                 |
| LIMÃO      | X        | —       | X      | X        | X          | —           | X                            | —                 |
| COCO       | X        | X       | X      | —        | X          | XX          | X                            | —                 |
| JACA       | X        | X       | X      | —        | X          | X           | —                            | —                 |
| JABUTICABA | X        | —       | X      | —        | X          | —           | —                            | —                 |
| MAMÃO      | X        | —       | —      | X        | —          | —           | —                            | —                 |
| FEIJÃO     | X        | —       | —      | X        | —          | —           | X                            | —                 |
| MILHO      | X        | —       | —      | —        | —          | —           | —                            | —                 |
| MANDIOCA   | X        | —       | —      | —        | —          | —           | —                            | —                 |
| BATATA     | X        | —       | —      | —        | —          | —           | —                            | —                 |
| MURICI     | X        | X       | X      | X        | X          | X           | X                            | X                 |

Figura 29. Mapa Matriz das Espécies do G2.

Fonte: Construção coletiva, 2025.

Além dessas classificações, foi registrada a periodicidade de floração das espécies, o que demonstrou o profundo conhecimento ecológico das participantes, construído por meio da convivência com o território ao longo do tempo.

A avaliação da atividade pelo grupo foi extremamente positiva. As agricultoras relataram que o exercício proporcionou:

- Socialização do conhecimento tradicional, com troca de saberes intergeracionais;
- Redescoberta de espécies nativas e seus múltiplos usos, muitas vezes esquecidos;
- Valorização dos quintais produtivos como espaços de soberania alimentar, saúde e memória cultural;
- Fortalecimento da identidade territorial e do vínculo com a terra, ao reconhecerem em seus próprios espaços o potencial ecológico e produtivo que possuem.

Assim, a matriz não apenas funcionou como ferramenta de diagnóstico ambiental, mas também como instrumento pedagógico e cultural, resgatando a memória coletiva sobre os recursos naturais disponíveis na comunidade e estimulando a adoção de práticas agroecológicas baseadas nos saberes locais.

## II.C Mapa de Fluxos Econômicos

A presente dinâmica permitiu mapear as inter-relações entre os diferentes setores produtivos e formas de sustento presentes na comunidade (figura 30).

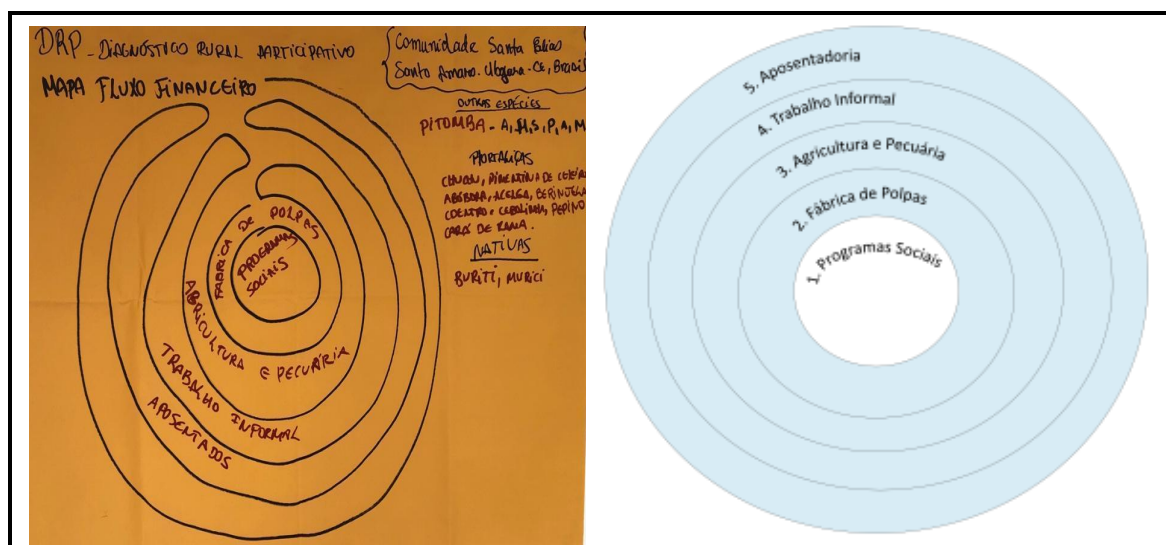


Figura 30. Esboço e mapa de fluxos econômicos do G2  
Fonte: Construção coletiva, 2025.

Com base nas discussões realizadas, foram identificadas as seguintes fontes de renda, em ordem de relevância para o grupo:

1. Programas sociais: A principal fonte de renda apontada pelas participantes são os programas de assistência social oferecidos pelo governo federal, como o “Bolsa Família”, que contribuiu significativamente para o sustento de famílias em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda.
2. Agroindústria local – Fábrica de Polpas: A segunda fonte de renda mais relevante para as mulheres agricultoras é o trabalho na “fábrica de polpas de frutas”, cuja comercialização gera emprego, renda e fortalece a economia local por meio do processamento da produção agrícola da própria comunidade.
3. Atividades agropecuárias: Em terceiro lugar, o grupo destacou a “agricultura familiar e a criação de animais”, que representam uma fonte complementar de renda, além de contribuírem para a segurança alimentar das famílias locais.
4. Trabalho informal: Outra fonte de recursos financeiros mencionada foi o trabalho informal, incluindo atividades como pequenos comércios, serviços diversos e

produção artesanal, realizados principalmente por mulheres e jovens da comunidade.

5. Aposentadoria: Por fim, o grupo citou a aposentadoria rural como uma fonte importante de renda para os moradores mais idosos, especialmente para aqueles que já se encontram reformados e que contribuíram ao longo da vida como trabalhadores rurais.

A aplicação desta técnica contribuiu para uma melhor compreensão dos fluxos econômicos que sustentam a comunidade, evidenciando o papel central da agroindústria e dos programas sociais, bem como a diversidade de estratégias utilizadas pelas famílias para garantir sua subsistência.

## **6.2. Similaridades entre os Grupos**

É de salientar que foram identificados alguns pontos comuns aos dois grupos, a partir da sistematização do DRP:

### 1. I.A e II.A - A presença de uma agroindústria de polpas para:

- A geração de renda;
- O trabalho coletivo das agricultoras;
- O fortalecimento da produção agrícola local;
- O protagonismo das mulheres da organização produtiva e comunitária;
- A valorização dos recursos naturais e das práticas agroecológicas.

### 2. I.B e II.B - A agricultura familiar como foco de uma base territorial:

- Com os quintais produtivos;
- A integração da tríade produção, soberania alimentar e comercialização.

### 3. IC e IIC - A economia circular a partir:

- Do processamento na fábrica de polpas;
- Da contribuição de programas sociais como complemento de renda;
- Da produção agrícola das mulheres e a comercialização em programas de políticas públicas como o PAA e PNAE;
- Da ampliação da comercialização através das cooperativas;
- Da relevância da aposentadoria rural e do trabalho informal nas comunidades.

## **7. CONCLUSÕES**

É chegado o momento de concluir sobre alguns aspetos da investigação.

A análise realizada possibilitou identificar as potencialidades, os desafios e as formas de organização social vividas pelas agricultoras, revelando a sua contribuição para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos territórios onde estão inseridas.

### **7.1. Os Objetivos da Dissertação**

O presente trabalho teve como objetivo geral “analisar o papel das mulheres agricultoras da Macrorregião da Ibiapaba, no Estado do Ceará, Brasil, na promoção da soberania alimentar, da agroecologia e do desenvolvimento territorial, a partir de uma perspectiva de gênero” e, como objetivos específicos, caracterizar a macrorregião da Ibiapaba; observar o perfil das agricultoras; averiguar as práticas/experiências agroecológicas realizadas pelas agricultoras; e, avaliar a participação das agricultoras em organizações sociais e cooperativas.

É neste contexto que iremos concluir sobre os objetivos específicos da presente dissertação.

#### **7.1.1. Sobre a Macrorregião da Ibiapaba**

A sociedade rural da Macrorregião da Ibiapaba é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, sustentada e expandida pelas relações comunitárias presentes neste território. As comunidades rurais da região conservam uma relação estreita com os recursos naturais e os saberes populares repassados de geração em geração, constituindo desta forma, elementos fundamentais que contribuem para a preservação da identidade cultural e das práticas agroecológicas.

Desta forma, a atuação integrada desses atores, favorece a valorização da produção local, a segurança alimentar e nutricional e a permanência das populações no campo, contribuindo ainda para o fortalecimento territorial, bem como, para a redução das desigualdades sociais na região.

### **7.1.2. Sobre o Perfil das Agricultoras**

Relativamente ao perfil das agricultoras participantes deste estudo, os resultados demonstram a forte ligação das mulheres com a agricultura familiar, evidenciada pela sua longa trajetória de atuação no meio rural e pela participação ativa em organizações sociais presentes nas comunidades, tais como associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores(a) rurais.

No campo da literacia, verificou-se uma concentração nos níveis básico e secundário, com uma escassa representação no ensino superior, o que evidencia a existência de desigualdades no acesso à educação superior para as mulheres do campo.

No que se refere ao empoderamento, os resultados demonstram que as agricultoras vêm ampliando gradualmente a sua participação em processos organizativos, espaços de formação e iniciativas coletivas voltadas para a agroecologia e o desenvolvimento comunitário. Observou-se um fortalecimento de sua autonomia, da capacidade de tomada de decisão e do protagonismo feminino.

### **7.1.3. Sobre as Práticas/Experiências Agroecológicas Realizadas pelas Agricultoras**

Da análise das perceções das mulheres agricultoras de forma articulada com a aplicação das técnicas do DRP, revelaram-se dinâmicas agroecológicas estruturantes e o empoderamento feminino nas comunidades investigadas. De facto, as experiências agroecológicas desenvolvidas pelas agricultoras vão além da dimensão produtiva, configurando-se numa importância estratégica de fortalecimento social, no âmbito das relações de gênero, económicas e territoriais.

De forma geral, as referidas práticas agroecológicas demonstram sua contribuição para a preservação ambiental como um eixo central de desenvolvimento rural sustentável, ancorando dimensões produtivas, sociais e ambientais. Todavia, essa consolidação dependerá da superação de desafios estruturais, como acesso à terra, ao crédito e a novos mercados, bem como a implementação de políticas públicas mais inclusivas, contínuas e sensíveis às especificidades das mulheres rurais.

No contexto da agricultura familiar, as mulheres assumem múltiplas funções, participando diretamente nas atividades produtivas, como o cultivo agrícola, a criação de animais, no beneficiamento de produtos agrícolas e a comercialização. Paralelamente,

continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados familiares. Essa dupla e, muitas vezes, tripla jornada de trabalho evidencia a permanência das desigualdades de gênero no meio rural, mesmo diante dos avanços já conquistados.

De facto, como a sociedade ainda atribui às mulheres o trabalho doméstico, não poderíamos deixar de afirmar, que a mulher contemporânea representa “uma sobrecarregada realidade fragmentada de múltiplas tarefas”. Com as agricultoras cearenses, acresce ainda o trabalho do agrícola. Antes e depois do trabalho remunerado ou não remunerado no campo, elas exercem uma gestão contínua da rotina e do trabalho doméstico e emocional. Preparam as refeições, organizam a casa, cuidam dos filhos, acompanham os trabalhos escolares, entre muitas outras atividades. A rotina diária, representa uma carga de trabalho invisível, não remunerada, mas constante. Por outro lado, a rotina do homem, em média, é mais linear e centrada no trabalho remunerado, com muito menor carga doméstica e emocional, portanto mais valorizado e mais visível.

Isto não acontece porque homens e mulheres “são assim e nasceram assim”, mas porque a sociedade foi culturalmente evoluindo neste sentido. De facto, a rotina atual da mulher em casa é um espelho das tensões entre tradição e mudança. Compreender esta rotina é compreender que a igualdade não se alcança apenas com leis ou discursos – alcança-se com a redistribuição real do tempo, do cuidado, da responsabilidade e do valor social atribuído ao trabalho feminino.

#### **7.1.4. Sobre a Participação das Agricultoras em Organizações e Cooperativas**

Os resultados deste estudo demonstram que a participação das agricultoras em organizações sociais constitui um importante instrumento de fortalecimento coletivo e de empoderamento feminino. A inserção em associações, cooperativas e grupos comunitários favorece a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, contribuindo para a ocupação de novos espaços de liderança e para o fortalecimento do seu protagonismo nas comunidades rurais. Concretamente, vale ressaltar que as unidades de processamento de polpas de frutas foram resultado da atuação das mulheres dos dois grupos investigados, nas associações comunitárias e nas cooperativas.

Conforme os resultados obtidos nesta investigação e as informações recolhidas por meio das técnicas do DRP, constatou-se o protagonismo das agricultoras enquanto detentoras

de conhecimentos no âmbito das organizações sociais. Tanto no G1-CP (São Benedito) como no G2-SESA (Ubajara), os resultados evidenciaram a relevância da experiência organizativa das mulheres por meio das associações comunitárias. Essas organizações têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento dos processos coletivos de produção, comercialização e geração de renda, constituindo espaços de articulação produtiva, social e política.

## **7.2. Atividade Agroecológica na Macrorregião do Ibiapaba e Recomendações**

As perspectivas futuras para a região, devem considerar sempre o papel estratégico da agroecologia frente à emergência climática.

Os resultados deste estudo evidenciam que o protagonismo feminino fortalece processos de inclusão social, equidade de gênero e sustentabilidade em concordância com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU<sup>3</sup>.

Na Macrorregião da Ibiapaba, a transição para sistemas produtivos mais biodiversos, liderados por mulheres, apresenta-se como uma solução eficaz para a mitigação de riscos ambientais e para o aumento da resiliência socio-ecológica do território. Espera-se que o reconhecimento destes serviços ecossistêmicos prestados pelas comunidades rurais possa atrair novos investimentos e incentivos com vista à melhoria climática, posicionando a agricultura familiar, não apenas como uma atividade econômica, mas como uma salvaguarda indispensável para o equilíbrio dos biomas locais.

O fortalecimento da agroecologia e do empoderamento feminino nas comunidades estudadas requer uma abordagem integrada, combinando a valorização dos saberes locais, apoio institucional efetivo e ampliação das oportunidades. Neste contexto, reforçamos que as metodologias participativas como o DRP, demonstraram grande potencial, não apenas como ferramentas de diagnóstico, mas também como instrumentos de transformação social, uma vez que proporcionam a autonomia, a participação e o protagonismo das mulheres agricultoras no desenvolvimento de seus territórios.

---

<sup>3</sup> ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis; e, ODS 13 – Ação Contra a Mudança do Clima.

Neste sentido, esta dissertação confirma que as mulheres agricultoras da Ibiapaba são indispensáveis para a promoção do desenvolvimento territorial, em diálogo com práticas agroecológicas sustentáveis. A agroecologia, a partir de uma perspectiva de gênero, revela-se um modelo de resistência que responde às crises climáticas e alimentares contemporâneas, confirmando que a sustentabilidade global se constrói a partir das soberanias locais.

Ficou demonstrado que, embora existam avanços significativos na organização coletiva, os desafios educacionais e as limitações de mercado ainda representam obstáculos à plena emancipação camponesa. Portanto, a investigação encerra com a convicção de que o fortalecimento da agricultura familiar na Ibiapaba passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento da mulher enquanto sujeito político e econômico central, cuja atuação é a salvaguarda da biodiversidade e da justiça social no território cearense. Ao reconhecer e valorizar o conhecimento, as experiências e as contribuições das agricultoras, reforça-se a compreensão de que estas contribuem de forma estratégica para a construção de modelos de desenvolvimento rural mais inclusivos, aspirando construir um futuro onde a agricultura seja verdadeiramente regenerativa, equitativa e resiliente.

Recomenda-se assim, o fortalecimento de políticas públicas direcionadas às mulheres agricultoras, com especial atenção ao acesso à formação, à assistência técnica e a programas de incentivo à produção agroecológica, bem como o apoio e a valorização das organizações sociais, associações comunitárias e grupos de mulheres. Por fim recomenda-se, ainda, a realização de novas investigações sobre empoderamento feminino, agroecologia, sucessão rural, juventude e segurança alimentar em diferentes territórios da Macrorregião da Ibiapaba, de modo a aprofundar o conhecimento sobre os desafios, potencialidades das mulheres agricultoras e contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes de desenvolvimento rural sustentável

Com base nas informações obtidas, contamos contribuir para a formulação de estratégias viradas a uma agricultura mais justa, sustentável e inclusiva. Este esforço se ancora em evidências de que políticas públicas e programas como o PRONAF, embora importantes, ainda enfrentam desafios na efetivação do empoderamento feminino quando não consideram as dinâmicas de gênero locais. Considera-se ainda, pertinente, que estudos futuros amplie o número de agricultoras participantes e a abrangência territorial da

investigação, permitindo uma compreensão mais aprofundada e diversificada dessas realidades, aspecto que não foi possível desenvolver na presente pesquisa em virtude da limitação de tempo e de recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdu, A., Marquis, G. S., Colecraft, E. K., Dodoo, N. D., & Grimard, F. (2022). The association of women's participation in farmer-based organizations with female and male empowerment and its implication for nutrition-sensitive agriculture interventions in rural Ghana. *Current Developments in Nutrition*, 6(9), nzac121. <https://doi.org/10.1093/cdn/nzac121>
- Abramovay, R., & Piketty, M. (2005). Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 22(1), 53–66. <https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/8687>
- Altieri, M. A. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* (4.<sup>a</sup> ed.). Editora da UFRGS.
- Alencar, A. (2007). Sustentabilidade agrícola (Material de consultoria não publicado), Instituição Cepema.
- Asadullah, M. N., & Kambhampati, U. (2021). Feminization of farming, food security and female empowerment. *Global Food Security*, 29, 100532. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100532>
- Barros, C. S., & Barden, J. E. (2019). Barômetro da sustentabilidade aplicado à região cearense da Ibiapaba. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(7). <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/5274>.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. (2010). Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Ibiapaba.
- Brasil. (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)
- Bessa, M. M., Ventura, M. V. A., & Alves, L. D. S. (2016). Agroecologia, sustentabilidade e a necessidade dos movimentos agroecológicos se tornarem políticas públicas. *Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 2(2), 181–197. <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2016v2n2p181>
- Bezerra, T. da S., Costa, P. F. da, & Santos, M. dos. (2020). Análise da sustentabilidade e viabilidade econômica de uma propriedade familiar em Pedro Gomes, MS. *Holos Environment*, 20(2), 168–185. <https://doi.org/10.14295/holos.v20i2.12373>
- Campos, C. de L. (2018). Pedagogia do oprimido e extensão rural: Iniciativas de empoderamento feminino no Seridó paraibano. *Interitórios*, 4(6), 32–44. <https://doi.org/10.33052/inter.v4i6.236735>
- Campos, M. de L. (2018). "Eu nem cheguei ainda aonde eu quero chegar": Mulheres do campo e a reinvenção de histórias por meio da participação em movimentos sociais. *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade e Cultura(s)*, 6(13), 35–53.
- Cardoso, E. dos S., Moreno, E. C., & Yamashita, O. M. (2018). Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. *Nativa*, 6(2), 124–133. <https://doi.org/10.31413/NATIVA.V6I2.4523>
- Carneiro, M. J., & Palm, J. L. (2016). Modos de vida de agricultores familiares de montanha: Um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ. *Iluminuras*, 17(41), 180–202. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.64566>
- Carreira, I., Costa, F., & Pessoa, J. P. (2024). The deforestation effects of trade and agricultural productivity in Brazil. *Journal of Development Economics*, 167, 103217. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2023.103217>
- Chao, K. (2024). Family farming in climate change: Strategies for resilient and sustainable food systems. *Heliyon*, 10(7), e28599. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e28599>
- Claudino-Sales, V., Lima, E. C., & Diniz, S. F. (2020). Análise geoambiental da bacia hidrográfica do rio Acaraú, Ceará, Nordeste do Brasil. *Revista Geonorte*, 11(38), 90–109. <https://doi.org/10.21170/GEONORTE.2020.V.11.N.38.90.109>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016: Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*.

- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. (2020). *Plataforma da agricultura familiar: Eleições municipais 2020*. <https://www.contag.org.br/>
- Costa, C. de M. S. B., & Viana, M. (2021). O investimento público na agricultura familiar: O Pronaf no Piauí (2016–2019). *Revista FSA*, 18(8), 226–244.
- Costa, F. D. A. (2012). O momento, os desafios e possibilidades da análise territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. *Nova Economia*, 24(3), 613–644.
- Costa, Z. da F., Jocoski, L. V. B., Hersen, A., Stefano, S. R., & Ramos, R. P. (2014). Características socioeconômicas da agricultura familiar produtora de milho: Um estudo de caso dos produtores de Pinhão-PR. *Ambiência*, 10(3), 807–828. <https://doi.org/10.5935/ambiencia.2014.03.12>
- Cribb, A. Y. (2008). Verticalização agroindustrial e gestão cooperativista: Em busca de subsídios para estratégias produtivas e comerciais na agricultura familiar. Em *Anais do 46.º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociedade Rural (SOBER)*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociedade Rural. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.114155>
- Curado, F. F., Santos, A. S., & Oliveira, M. de J. (2014). Sistematização de experiências agroecológicas no Território Semiárido Nordeste II, Bahia. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31, 349–380. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2014.v31.20867>
- da Silva, N. G., de Almeida, F. F. A., Sales Filho, R. L. M., de Souza, W. M., & Galvêncio, J. D. (2023). Vulnerabilidade ambiental e socioeconômica aos eventos extremos de precipitação relacionados à seca no semiárido nordestino – Estudo de caso da Bacia Hidrográfica de Terra Nova – Pernambuco, Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 16(3), 1490–1510. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v16.3.p1490-1510>
- de Castro Souza, R., & Neto, J. A. (2010). Diversificação da produção e acesso a mercados: Estudo de caso para a fruticultura irrigada do Polo Petrolina-Juazeiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(3), 521–538. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000300002>
- de Souza, P. M. da R. A., Lopes, A. L. S. V., & Hilal, A. V. G. (2017). Centralidade do trabalho na perspectiva de mulheres em diferentes faixas etárias. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(1), 9–36. <https://doi.org/10.18593/race.v16i1.10547>
- Deere, C. D., & León, M. (2001). *Empowering women: Land and property rights in Latin America*. University of Pittsburgh Press
- Expósito Verdejo, M., Cotrim, D., & Ramos, L. (2007). Diagnóstico rural participativo: Guia prático DRP (2ª ed.). Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar.
- Fanin, B. B., Élister, L., de Azevedo Lopes, M. R. C., Marques, A. B. G. M., dos Santos, T., Ferreira, R. S., & Zonin, W. J. (2023). Percepção dos agricultores familiares inclusos no PNAE em relação à ATER em Capitão Leônidas Marques, Paraná. *Revista Macambira*, 7(1), e071001. <https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.797>
- Fávero, C. (2007). Elaboração participativa do plano safra do território da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Cadernos de Agroecologia*, 2(2), 19–22. <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/2368>
- FAO. (2019). The State of Food and Agriculture 2018/2019.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2011). *The state of food and agriculture 2010–11: Women in agriculture: Closing the gender gap for development*. FAO. <https://www.fao.org/3/i2050e/i2050e.pdf>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2023). *The status of women in agrifood systems*. FAO. <https://doi.org/10.4060/cc5343en>
- Galt, R. E., Pinzón, N., Robinson, N. I., & Baukloh Coronil, M. B. (2024). Agroecology and the social sciences: A half-century systematic review. *Agricultural Systems*, 216, 103881. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2024.103881>

- Gastal, M. L., Xavier, J. H., Rocha, J. C. C. G., Mendonça, A. P., & Silva, W. H. D. (2014). Construção social de mercados pela agricultura familiar em Unaí, MG: Potencialidades e limitações. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31, 315–348. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2014.v31.20866>
- Gregolin, G. C., Grecolin, M. R. P., Triches, R. M., & Zonin, W. J. (2017). Política pública e sustentabilidade: Possibilidade de interface no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Emancipação*, 17(2), 198–216. <https://doi.org/10.5212/emancipacao.v17i2.0002>
- Honorato, G. de S. (2013). A permanência de estudantes de origem popular no ensino superior: O caso dos alunos beneficiários do ProUni. *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*, 1(1), 161–186.
- Islam, M. K., & Farjana, F. (2024). Does e-agriculture practice matter for poverty reduction among coastal farm households? *Journal of Agriculture and Food Research*, 17, 101212. <https://doi.org/10.1016/j.jafr.2024.101212>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Resultados definitivos. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>
- Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Brasil em Síntese. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>
- Indicadores econômicos do Ceará 2017 (6.<sup>a</sup> ed.). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. [https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores\\_Economicos\\_2013\\_a\\_2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores_Economicos_2013_a_2017.pdf)
- Jandrey, W. F., Schultz, G., & Souza, M. de. (2018). Canais de comercialização em sistemas orgânicos de produção familiares na região da Serra Gaúcha. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, 8(1), 25–47. <https://doi.org/10.24302/drd.v8i1.1717>
- Júnior, V. J. W. (2010). Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: Uma análise do Pronaf-Agroindústria. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(4), 567–596. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000400004>
- Kamutali, A., Henriques, P., & Lucas, M. R. (2020). Cooperativism and access to agricultural services in the province of Huambo: The case of cooperatives supported by Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). *Revista de Ciências Agrárias*, 43(Especial 1), 61–73.
- Lecoutere, E., Spielman, D. J., & Van Campenhout, B. (2023). Empowering women through targeting information or role models: Evidence from an experiment in agricultural extension in Uganda. *World Development*, 167, 106240. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106240>
- Lerner, G. (1986). *The creation of patriarchy*. Oxford University Press.
- Lima, J. S., Rezende, F. A., Costa, C., & Newport, A. M. (2008). Rede de cooperação no êxito de iniciativas voltadas para a utilização de composto orgânico na produção de hortaliças por pequenos agricultores em Camaçari-BA. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 3(3), 47–52.
- Lima, L. R., & Osterne, M. do S. F. (2016). Mulheres e participação política: Um significado para além do espaço privado. *Revista de Políticas Públicas*, 19(2), 479–488. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n2p479-488>
- Lima, R., & Gamarra-Rojas, G. (2018). Camponeses e a Mandalla no semiárido brasileiro: Reflexões sobre sustentabilidade com base em um estudo de caso com abordagem agroecossistêmica. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 34, 161–195. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.CCT2017.V34.26326>
- López-García, D., & Carrascosa-García, M. (2024). Sustainable food policies without sustainable farming? Challenges for agroecology-oriented farmers in relation to urban (sustainable) food policies. *Journal of Rural Studies*, 105, 103160. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103160>

- Marin, J. O. B., & Drebes, L. M. (2020). Migrações internacionais de jovens rurais: Limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, 8(19). <https://doi.org/10.20336/rbs.594>
- Medeiros, R. M., Francisco, P. R. M., & Tavares, A. L. (2012). Classificação e análises das indicações de mudanças climáticas no município de Sobral – Ceará. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 4(5), 1056–1067. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v4.5.p1056-1067>
- Menezes, B. G. M., Soares, R. O., Tibério, M. L., & Tavares, P. V. (2019). Análise da FEPRAF – A feira da produção da reforma agrária da agricultura familiar de Júlio de Castilhos/RS. *Revista GeoNordeste*, (2, n.º especial), 119–135. <https://doi.org/10.33360/rgn.2318-2695.2019.i2especial.p.119-135>
- Mesquita, L. A. P. de. (2014). Relações de gênero na Comunidade Rancharia: O trabalho das mulheres na agricultura familiar. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 5(1), 98–113. <https://doi.org/10.5212/rlagg.v5.i1.0006>
- Moreira-Dantas, I. R., Martínez-Zarzoso, I., Henning, C., & Souza dos Santos, M. A. (2023). Rural credit acquisition for family farming in Brazil: Evidence from the Legal Amazon. *Journal of Rural Studies*, 101, 103041. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103041>
- Netto, M. (2008). A agricultura familiar e sua organização. *Acta Scientiarum: Agronomy*, 2, 17–30. <https://doi.org/10.5654/acta.v2i4.194>
- Niederle, P. A. (2018). A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy: Varieties of social orders in Brazilian agriculture. *Journal of Peasant Studies*, 45(7), 1460–1483. <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1313238>
- Nin-Pratt, A., & McBride, L. (2014). Agricultural intensification in Ghana: Evaluating the optimist's case for a Green Revolution. *Food Policy*, 48, 153–167. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2014.05.004>
- Oliveira, A. F., Khan, A. S., Lima, P. V. P. S., & Silva, L. M. R. (2008). A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba – CE). Em *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*.
- Sistema OCB. (2023). Anuário do cooperativismo brasileiro 2023. <https://anuario.coop.br>
- Pinheiro, L. F., Vieira, M. I. C., da Silva Sampaio, V., Bonilla, O. H., & de Lucena, E. M. P. (2023). Seasonal Semideciduous Forest and Cerrado floristic composition of fragments in Serra das Flores, Ibiapaba Plateau, Ceará, Brazil. *Rodriguésia*, 74. <https://doi.org/10.1590/2175-7860202374048>
- Quisumbing, A., Cole, S., Elias, M., Faas, S., Galiè, A., Malapit, H., Meinzen-Dick, R., Myers, E., Seymour, G., & Twyman, J. (2023). Measuring women's empowerment in agriculture: Innovations and evidence. *Global Food Security*, 38, 100707. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2023.100707>
- Radwanski, E. M., Alberto, C., Sampaio, C., Carmo, M. de A. E. do, & Sobral, M. (2014). Agregação de valor à agricultura familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento territorial sustentável. *Redes*, 19(3), 74. <https://doi.org/10.17058/redes.v19i3.2378>
- Reichert, L. J., Gomes, M. C., & Schwengber, J. E. (2011). Avaliação técnica e econômica de um agroecossistema familiar de base ecológica na região Sul do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agrociência*, 17(1–4), 123–132. <https://doi.org/10.18539/cast.v17i1.2039>
- Sabadell, A. L. (2017). Manual de sociologia jurídica: Introdução a uma leitura externa do direito (7.ª ed.). Revista dos Tribunais.
- Rodrigues, R. E. de A., & Sousa, E. P. de. (2018). Competitividade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. *Revista GeoNordeste*, 29(1), 37–57. <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/6432>
- Rosa, N. P. da, Lago, A., Júnior, S. S., & Mendonça, É. S. (2008). Cooperativas como forma de organização da agricultura familiar. Em *Anais do 46.º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. <https://ageconsearch.umn.edu/record/102769?v=pdf>

- Sahoo, D., Mohapatra, D., & Behera, J. (2024). A microeconometrics approach to gendered perspective of empowerment through agricultural decision-making in rural Odisha, India. *World Development Sustainability*, 4, 100127. <https://doi.org/10.1016/j.wds.2024.100127>
- Sarkar, A., Aronson, K. J., Patil, S., Hugar, L. B., & vanLoon, G. W. (2012). Emerging health risks associated with modern agriculture practices: A comprehensive study in India. *Environmental Research*, 115, 37–50. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2012.03.005>
- Silva, A. M. da, Ponciano, N. J., & Souza, P. M. de. (2020). PRONAF e empoderamento das mulheres rurais: Uma análise das dimensões econômica, social e política. *Revista Grifos*, 30(51), 236–256. <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5531>
- Silva, S. do N., Lopes, F. G., Andrade, F. E. de, Ferreira, C. B., Dantas, M. C. de A. M., & Siqueira, E. da C. (2017). Efeitos da escassez hídrica na economia do perímetro irrigado de São Gonçalo, Paraíba. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 12(1), 132–137. <https://doi.org/10.18378/rvads.v12i1.5075>
- Silva, S. P. (2012). *Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha – MG* (Texto para Discussão n.º 1693). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Siqueira, E. S., Binotto, E., Oliveira, A. B. B., Silva, R. A., Siqueira Filho, V., & Bunsit, T. (2021). Agricultura familiar e convívio sustentável numa perspectiva interdisciplinar. *Revista de Políticas Públicas*, 16(4), 25–35. <https://doi.org/10.5902/1983465953130>
- Sistema OCB. (2023). Anuário do cooperativismo brasileiro 2023. <https://anuario.coop.br>
- Sousa, A. J. de, Lara, L. de, Hey, S. M., & Gumbowsky, A. (2019). A agroecologia e a agricultura familiar como recurso para o desenvolvimento regional: Cenário de incentivos e de protagonismo no município de Guarapuava – PR. *Revista Episteme Transversalis*, 10(1), 323–342.
- Sulzbacher, A. W., & Neumann, P. S. (2011). Uma experiência de organização social em prol da rede de agroindústrias familiares: O caso da Cooperac de Constantina/RS. *Acta Scientiarum: Agronomy*, 5(9), 105–116. <https://doi.org/10.5654/acta.v5i9.372>
- Tittonell, P., Fernandez, M., El Mujtar, V. E., Preiss, P. V., Sarapura, S., Laborda, L., Mendonça, M. A., Alvarez, V. E., Fernandes, G. B., Petersen, P., & Cardoso, I. M. (2021). Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America – A rediscovery of food, farmers and collective action. *Agricultural Systems*, 190, 103098. <https://doi.org/10.1016/j.agry.2021.103098>
- Ume, C., Nuppenau, E. A., & Domptail, S. E. (2022). A feminist economics perspective on the agroecology-food and nutrition security nexus. *Environmental and Sustainability Indicators*, 16, 100212. <https://doi.org/10.1016/j.indic.2022.100212>
- Vasconcelos, J. M. G., Mourão, A. E. B., Cavalcante, A. C. R., & Franco, F. S. (2013). Práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores familiares do Assentamento Vista Alegre no semiárido cearense. Em *Anais do I Simpósio Brasileiro de Recursos Naturais no Semiárido*. Universidade Federal do Ceará & Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Venturin, E., Desidério, S. S., & Soglio, F. K. D. (2023). Agroecologia e bem viver: Promovendo saúde coletiva. *Informe GEPEC*, 27(1), 264–280. <https://doi.org/10.48075/igepec.v27i1.30362>
- Vidal, D. L. (2011). Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. *Archivos de Zootecnia*, 60(232), 1149–1160. <https://doi.org/10.4321/s0004-05922011000400030>
- Vieira, T. A., & Panagopoulos, T. (2024). Urban agriculture in Brazil: Possibilities and challenges for Santarém, eastern Amazonia. *Land Use Policy*, 139, 107082. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2024.107082>
- Wang, H., Liu, S., Li, H., Tao, X., Wang, H., Qi, J., & Zhang, Z. (2022). Large-scale homogenization of soil bacterial communities in response to agricultural practices in paddy fields, China. *Soil Biology and Biochemistry*, 164, 108490. <https://doi.org/10.1016/j.soilbio.2021.108490>

Zanco, A. M., Zanco, R. A. G., & Alves, A. F. (2018). Perfil das cooperativas agropecuárias do sistema Unicafe. *Revista IDEAS*, 12(1), 1–35.

Zirham, M., & Palomba, R. (2016). Female agriculture in the short food supply chain: A new path towards the sustainability empowerment. *Agriculture and Agricultural Science Procedia*, 8, 372–377. <https://doi.org/10.1016/j.aaspro.2016.02.032>

# ANEXOS

## **Anexo 1: Inquérito sobre o Empoderamento das Mulheres Agricultoras**

Este inquérito faz parte de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo principal compreender como as práticas agroecológicas, que incidiram no empoderamento de mulheres agricultoras para participação em espaços políticos e de liderança. na região do Nordeste do Brasil, especificamente no Estado do Ceará, com foco na Macrorregião da Ibiapaba, e será aplicado para em um total de 30 mulheres. Suas respostas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas apenas para fins acadêmicos. Por favor, responda às perguntas com sinceridade e precisão.

O inquérito está subdividido em 3 indicadores: Econômicos, de Gênero e Políticos.

### **I. INDICADORES ECONÔMICOS**

#### **Dados Pessoais:**

1. Nome:
2. Comunidade:
3. Há quantos anos você trabalha na agricultura?
4. Qual é o tamanho da sua propriedade agrícola? (em hectares)
  - ( ) Menos de 1 hectare
  - ( ) 1-5 hectares
  - ( ) 5-10 hectares
  - ( ) Mais de 10 hectares
5. Qual é a sua faixa etária?
  - ( ) 15 - 29 anos
  - ( ) 30 - 44 anos
  - ( ) 46 - 60 anos
  - ( ) mais de 60 anos
6. Qual é o seu nível de escolaridade?
  - ( ) Não-Alfabetizado
  - ( ) Ensino Fundamental Incompleto
  - ( ) Ensino Fundamental Completo
  - ( ) Ensino Médio Incompleto
  - ( ) Ensino Médio Completo
  - ( ) Ensino Superior Incompleto
  - ( ) Ensino Superior Completo
  - ( ) Outro, especifique (\_\_\_\_\_)

#### **Práticas Agrícolas**

7. Você utiliza práticas agroecológicas em sua produção?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não
8. Se sim, quais práticas agroecológicas você utiliza? (marque todos que se aplicam)

- ☐ Compostagem
  - ☐ Rotação de culturas
  - ☐ Controle natural de pragas
  - ☐ Uso de adubos orgânicos
  - ☐ Outros: \_\_\_\_\_
9. Em que tipo de atividades agrícolas realiza na sua propriedade ? (Marque todas as opções que se aplicam)
- ☐ Cultivo de grãos (milho, feijão, etc.)
  - ☐ Horticultura (legumes, verduras, etc.)
  - ☐ Fruticultura (frutas, como banana, manga, etc.)
  - ☐ Pecuária (criação de animais, como gado, aves, etc.)
  - ☐ Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais
  - ☐ Outros (Especifique: \_\_\_\_\_)

### **Aspectos Econômicos**

10. Sua produção agrícola é suficiente para sustentar sua família durante o ano todo?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
11. Você comercializa seus produtos?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
12. Se sim, onde você comercializa seus produtos? (marque todos que se aplicam)
- ☐ Feiras locais
  - ☐ Mercados regionais
  - ☐ Direto ao consumidor (porta a porta)
  - ☐ Cooperativas
  - ☐ Programas Governamentais
  - ☐ Outros: \_\_\_\_\_

## **II. INDICADORES DE GÊNERO**

### **Percepção sobre o Empoderamento Feminino na Agricultura:**

13. Você se considera uma agricultora ativa?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
14. Você já teve acesso a programas ou projetos governamentais voltados para agricultoras?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
15. Na sua opinião, o que significa empoderamento feminino na agricultura?
16. Você sente que possui autonomia e controle sobre as decisões relacionadas à sua atividade agrícola? Explique.

17. Quais são os principais desafios que as mulheres enfrentam na agricultura na sua região?
- ☐ Acesso a novos mercados
  - ☐ Melhorias na infraestrutura (irrigação, armazenamento)
  - ☐ Capacitação técnica
  - ☐ Apoio governamental
  - ☐ Parcerias com cooperativas ou ONGs
  - ☐ Outros: \_\_\_\_\_

### **III. INDICADORES POLÍTICOS**

#### **Participação em Organizações Sociais**

18. Participa das atividades sociais da comunidade?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
19. É membra da associação? Quais outras atividades políticas participa?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
  - ☐ Outras atividades políticas que participa \_\_\_\_\_
20. Tem grupo de mulheres na sua comunidade?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
  - ☐ Se sim, você participa ☐ Sim ☐ Não
21. Quando o grupo de mulheres iniciou?
22. Você é membro de alguma cooperativa ou associação de agricultores?
- ☐ Sim
  - ☐ Não
23. Como você avalia a sua participação nessa organização?
- ☐ Muito ativa
  - ☐ Moderadamente ativa
  - ☐ Pouco ativa
  - ☐ Não participo ativamente

#### **Desafios e Oportunidades**

#### **Conclusão**

24. Quais mudanças você gostaria de ver na sua comunidade para melhorar a agricultura familiar?

**Comentários adicionais:** \_\_\_\_\_

*Agradecemos por sua participação! As informações coletadas serão fundamentais para entender melhor as necessidades e fortalecer a agricultura familiar em sua região.*

## **Anexo 2: Guião de Entrevista à presidenta da Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia e Presidenta da Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro**

### **1. Identificação da Entrevistada:**

- Nome (ou código de identificação, se for pesquisa anônima):
- Idade:
- Localidade / Comunidade:
- Tempo de atuação na agricultura:
- Tempo de participação na associação:
- Cargo e tempo de mandato como presidenta:

### **2. Identificação da Entrevistada:**

- Como iniciou sua trajetória na agricultura familiar?
- Os principais desafios enfrentados como mulher agricultora?
- Como surgiu o interesse de se envolver com o associativismo e cooperativismo?

### **3. Sobre a Associação:**

- Como chegou a presidência da associação? E quanto tempo está na associação ?
- Atualmente a associação tem quantas sócias?
- Quais são suas principais funções na Associação?

### **4. Desafios:**

- Quais são as principais dificuldades que enfrenta atualmente a frente da associação?
- Como a associação tem buscado superar os desafios?
- E quais os empreendimentos existentes na associação os quais você contribui?

## **Alguns resultados das entrevistas às presidentas das associações:**

**1- Entrevistada:** Ilsa Alves, Presidenta da Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia

**Data da entrevista:** 30 de março de 2025

**Tipo de entrevista:** Semiestruturada

**Forma de recolha:** Entrevista presencial

*Tenho 39 anos e está na agricultura há 30 anos, desde dos 09 anos como ajudante de seus pais agricultores na agricultura. O tempo de atuação na Associação, desde de setembro de 2009, foi uma das fundadoras da organização e desde de então sempre ocupei algum cargo.*

*Meu início na agricultura ainda na minha infância, eu e minhas irmãs levávamos aqueles momentos como diversão e ao mesmo tempo aprendizado, ficávamos encantadas com a magia das sementes ao plantar (semear), elas nascerem e surgir daquela sementinha alimentos. Meu sonho, quando eu me aposentar quero ter meu terreno, plantar para minha soberania alimentar e também possa gerar uma renda complementar para mim e minha família.*

*Nós mulheres enfrentamos muitos desafios quando estamos a frente de negócios que geram rendas, e nem sempre as pessoas acreditam no nosso potencial, não querem apoiar, a exemplo do nosso grupo no início nem algumas mulheres acreditavam que daria certo, porque anterior existia um grupo liderado por homens e seus empreendimentos não avançaram a frente e em parte a comunidade nos desestimulavam falando que nem o negócio dos homens teria dado certo e imagine o nosso liderado por mulheres, e mesmo sem apoio seguimos e com todos falando o contrario, nós seguimos e vencemos como grupo de mulheres empreendedoras organizadas e de que deu certo e está dando certo.*

*Um ano após a organização do nosso grupo, em 2010 nós iniciamos a produção e comercialização dos primeiros produtos beneficiados como, bolos, biscoitos, cocada, doces, polpas de frutas e fomos aprimorando o cardápio com o passar dos anos e fortalecendo a agricultura familiar, plantamos e compramos da comunidade parte dos produtos agrícolas (batata, cenoura, macaxeira, laranja, goiaba entre outros) agregando valor a esse produtos.*

*Nós mulheres temos mostrado a cada dia nossa capacidade de estarmos a frente de pequenos e grandes negócios, gerar renda para as mulheres empreendedoras e seus familiares e para a própria comunidade.*

*Mulheres que inspiram outras mulheres, foi desta forma com nosso grupo, seguimos o exemplo bem-sucedido de uma associação liderada por mulheres, e percebemos que na comunidade delas o resultado de sua organização, estava colhendo bons resultados, projetos para beneficiar a comunidade, e assim nós seguimos e com a nossa associação organização, nós conseguimos algumas conquistas coletivas como o abastecimento de água de forma coletiva para a comunidade, asfalto que beneficiou outras comunidades ao entorno. E outros projetos que contemplou algumas famílias, o programa do governo do estado do Ceará, cisternas (que são reservatórios de aproveitamento e armazenamento que captam a água da chuva), utilizadas posterior para atividades agrícolas e outras atividades domésticas.*

*A associação proporcionou a conquistas desses projetos para nossa comunidade e nos trouxe uma melhor qualidade de vida, e seguimos dando grandes passos, com aumento da nossa produção nas duas unidades de processamento, a parte da panificação e unidade de processamento de polpas, chegamos outros mercados e como a associação é sem fins lucrativos e não podíamos mais avançar com as vendas como associação, nós constituímos uma cooperativa toda gerida e administrada só por mulheres, a cooperativa foi fundada em 2022.*

**2- Entrevistada:** Maria Sueli Ferreira, Presidenta da Associação Comunitária dos Sítios Santa Elias/Santo Amaro

**Data da entrevista:** 30 de março de 2025

**Tipo de entrevista:** Semiestruturada

**Forma de recolha:** Entrevista presencial

*Maria Sueli Ferreira relatou ter 45 anos de idade e atuar na agricultura há aproximadamente 35 anos, tendo iniciado suas atividades agrícola ainda na infância acompanhando seus pais nas suas atividades agrícolas, sendo a única fonte de renda da família. Informou que integra a associação desde a sua constituição, junho de 2005, inicialmente como sócia. Contudo a sua atuação efetiva em cargos de direção ocorreu apenas anos mais tarde, passando a exercer funções como presidenta desde de 2017.*

*Segundo a entrevistada, a sua integração mais ativa na associação contribuiu para a reflexão coletiva acerca das principais necessidades da comunidade, com especial enfoque nas mulheres. Nesse processo, foi realizado um levantamento comunitário que permitiu identificar prioridades de intervenção. E um dos primeiros projetos intermediados pela associação resultou na instalação de energia elétrica na comunidade, considerada um marco no desenvolvimento local, atendendo uma demanda coletiva.*

*Com o avanço das atividades a associação passou a receber novas demandas e, Sueli em conjunto com as demais sócias, diagnosticaram que muitas mulheres enfrentavam dificuldades para sair da comunidade em busca de trabalho externo, bem como limitações para investir na própria produção. Diante deste diagnóstico, surgiu a necessidade de criar alternativas locais de geração de renda, culminando na implementação do projeto das unidades produtivas familiares, nomeadamente a fábrica de polpas.*

*A entrevistada destacou que o projeto foi elaborado pela própria associação contribuição das sócias e parceiros locais, o apoio foi viabilizado através de uma chamada pública por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Governo do Estado do Ceará no âmbito do Programa São José. Sueli ressaltou ainda que os desafios são constantes, sobretudo pelo facto de serem mulheres empreendedoras, e demonstramos nossa eficiência na gestão administrativa e financeira do nosso empreendimento realizando a prestação de contas aprovada por nosso financiador.*

*Outro avanço importante foi a constituição de uma cooperativa, no intuito de ampliar a atuação económica do grupo, resultando na participação em processos de licitação junto a prefeituras, fornecendo produtos destinados a alimentação escolar da Rede Pública de Ensino.*

*De acordo com Sueli, as conquistas alcançadas são resultadas do trabalho coletivo e da organização das mulheres envolvidas, refletindo na melhoria da economia familiar e no fortalecimento da economia local e na oferta de alimentos saudáveis à população. Entre os apoios recebidos o financiamento para a reforma e equipagem da fábrica de polpas inicialmente, e recente mais uma conquista que foi a aquisição de uma câmara fria por meio de uma emenda parlamentar e o financiamento para placas de energia solar, o que contribuiu para a redução dos custos com energia.*

*Por fim, a entrevistada salientou que a trajetória do grupo foi marcada por uma história de luta, desafios, dedicação e determinação. As mulheres envolvidas desempenham múltiplos papéis sociais – agricultoras, mães, esposas, sindicalistas e empreendedoras – e, de forma progressiva, têm alcançado melhorias significativas tanto para a comunidade quanto para a valorização do papel das mulheres no desenvolvimento local.*

### Anexo 3: Fotos Alusivas ao Trabalho das Mulheres Agricultoras dos Dois Grupos Pesquisados



**Figura 31. Unidade de Processamento de Polpas do G1.**  
Fonte: Cepema, 2020.



**Figura 32. Grupo de Mulheres do G1.**  
Fonte: Associação ACFSL, 2019.



**Figura 33. Aplicação das Técnicas do DRP do G1.**  
Fonte: Oliveira, 2025.



**Figura 34. Produção Polpas de Frutas do G1.**  
Fonte: Oliveira, 2020.



**Figura 35. Polpas de Frutas do G1.**  
Fonte: Oliveira, 2020.



**Figura 36. Presidenta da Associação ACFSL do G1.**  
Fonte: Oliveira, 2025.



**Figura 37. Unidade de Processamento de Polpas do G2.**  
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2020.



**Figura 40. Polpas de Frutas do G2.**  
Fonte: Cepema, 2022.



**Figura 38. Produção Polpas de Frutas do G2.**  
Fonte: Ferreira, 2021.



**Figura 41. Produção Polpas de Frutas do G2.**  
Fonte: Ferreira, 2021.



**Figura 39. Aplicação das Técnicas do DRP do G2.**  
Fonte: Oliveira, 2025



**Figura 42. Aplicação das Técnicas do DRP do G2.**  
Fonte: Oliveira, 2025.